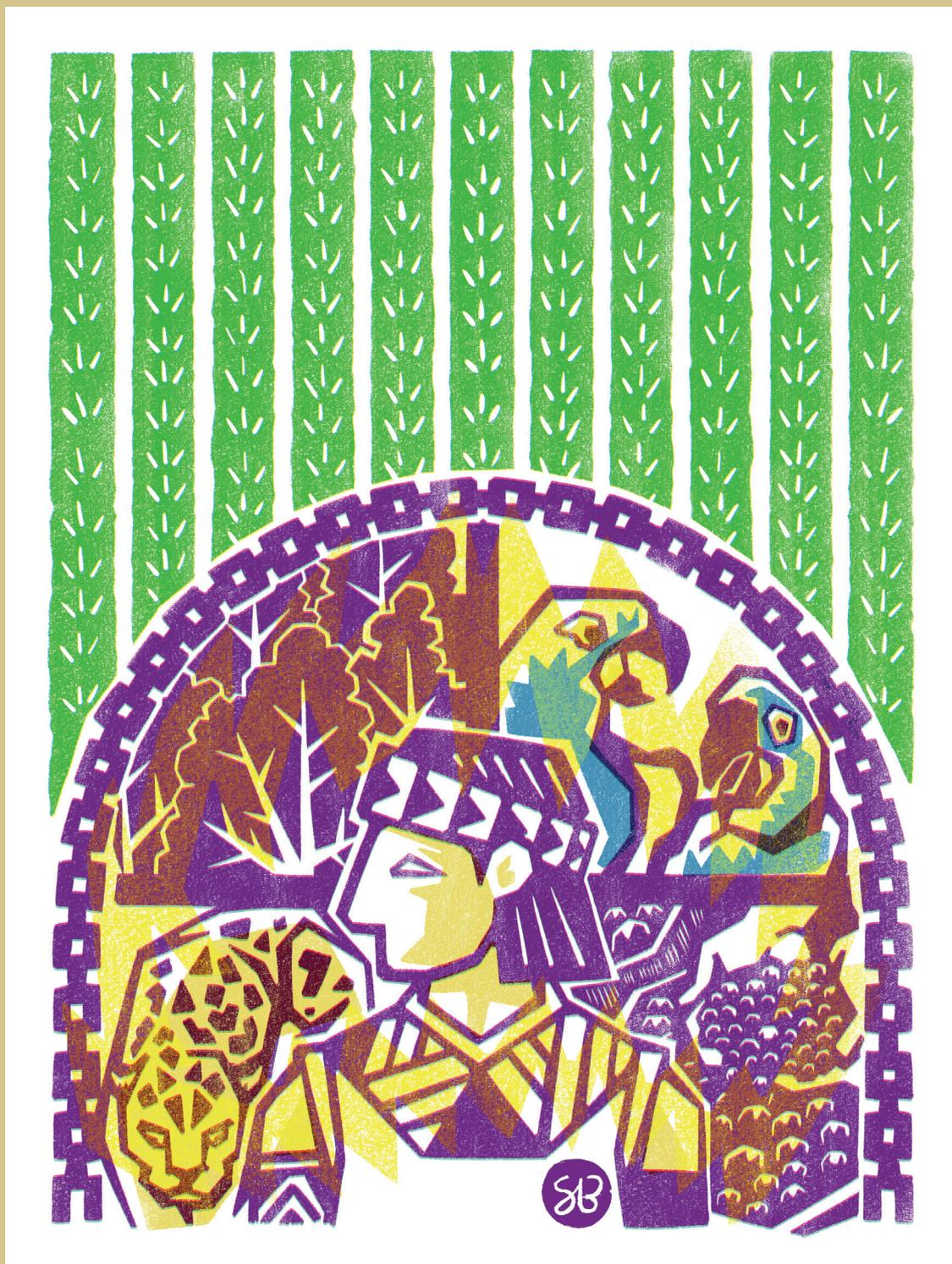


Informativo GETETE

n. 2, v. 1 novembro de 2024



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Economia
Centro de Estudos em Desenvolvimento Econômico
Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais

Editor

Fernando César de Macedo

Editores Adjuntos

Railene de Souza Veloso

Carlos Eduardo Pereira do Nascimento

Caio Cezar Fernandes da Silva

Guilherme Carneiro Leão de Albuquerque Lopes

Estagiários

Adana Orlene Delgado da Silva

Fabício dos Santos Almeida

Autores da Edição

Aline Alves de Oliveira

Carolina Gaseta

Cid Olival Feitosa

Daniel Pereira Sampaio

Erica Martini Toneto

Evaldo Gomes Junior

Fernando César de Macedo

Guilherme Lopes

Isabella de Oliveira Walter

João Paulo Constantino

Murilo Pires

Pedro de Oliveira Stella

Rodrigo de Albuquerque Marques

Rosângela dos Santos Alves Pequeno

Silva Barros

Valdeir de Oliveira Prestes

Vicente Eudes Lemos Alves

Diagramação e design

Caroline Lima Bezerra

Siglas que aparecem nesta edição

ACP - Ações Cíveis Públicas

ANM - Agência Nacional de Mineração

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

CODEAL - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Alagoas

DPE Alagoas - Defensoria Pública de Alagoas

DPU - Defensoria Pública da União

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

FAM - Fundo de Amparo ao Morador

FECLESC/UECE - Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central da Universidade Estadual do Ceará

GAM - Grupo de Áreas Metropolitanas

IMA-AL - Instituto do Meio Ambiente de Alagoas

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPCI - Inventário Participativo do Patrimônio Cultural Imaterial

LABSUL/FECLESC/UECE - Laboratório de Formação em Cultura Popular Nordestina e Ibérica

MAM - Movimento pela Soberania Popular na Mineração

MPAL - Ministério Público de Alagoas

MPF - Ministério Público Federal

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

MUVB - Movimento Unificado de Vítimas da Braskem

NRM - Normas Reguladoras da Mineração

PAS - Plano de Ações Sociourbanísticas

PCA - Polo Cloroquímico de Alagoas

Sumário

Editorial	6
Investigações Territoriais	8
<i>Deslocamento pendular nas regiões metropolitanas do Ceará nos anos 2000 e 2010</i>	8
<i>Introdução</i>	8
<i>As Regiões Metropolitanas Cearenses</i>	10
<i>A Pendularidade nos Espaços Metropolitanos Cearenses</i>	12
<i>Considerações Finais</i>	16
<i>Desenvolvimento regional: uma agenda de pesquisa</i>	17
<i>Regionalização da crise climática</i>	21
Relato de pesquisa: nos campos do Sertão	26
<i>O começo</i>	27
<i>O desenvolvimento do assentamento</i>	30
<i>O papel das políticas públicas</i>	34
<i>Terra, trabalho e cordel</i>	37
Encontros GETETE	40
<i>Mariana Panta</i>	40
<i>Janete Stoffel</i>	44
<i>Danilo Severian</i>	47
<i>Diego Ortiz</i>	49
<i>Vicente Alves e Fernando Macedo</i>	51
<i>Elen Pessôa</i>	53
Crônica Regional	57
<i>Pelas veredas da arte: política e meio ambiente</i>	57

Extensionando	59
<i>O geoclube de leitura</i>	59
Iniciação à Pesquisa	65
<i>Impactos da Lei da Sociedade Anônima do Futebol no Brasil</i>	65
Parcerias Acadêmicas	69
Dicas de Leitura I	82
Dicas de Leitura II	87
Mitos Trabalhistas	92
Referências	93

Editorial

O Grupo de Estudo das Transformações Econômicas e Territoriais – GETETE – apresenta o segundo número de seu Informativo. Trata-se de publicação quadrimestral que disponibiliza ao público um resumo das atividades desenvolvidas por seus integrantes, artigos de seus pesquisadores e de convidados, entrevistas e informações ligadas ao tema do desenvolvimento regional e urbano no Brasil, além de outros conteúdos de natureza acadêmica.

Entre o primeiro e o segundo número, o GETETE realizou seu 50º Encontro (sobre tais atividades do Grupo, ver o editorial do Informativo anterior). Para nós foi uma conquista importante chegarmos a essa marca, pois nesses encontros fazemos coletivamente nossas discussões com convidados que pesquisam os temas abordados. Por essa razão, e por entendermos que os registros e difusão dessas atividades são importantes, o **Informativo Getete** traz uma seção com as resenhas de suas reuniões quinzenais.

Em agosto e setembro, integrantes do GETETE participaram de eventos científicos interagindo com outros grupos de pesquisa que contribuem para nossas reflexões sobre o desenvolvimento regional brasileiro recente. Os professores Fernando Macedo e Vicente Alves estiveram no I Seminário de Imersão do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do Laboratório de Análise Regional/INCT Planar, coordenado pela professora Maria do Livramento Miranda Clementino (IPP/UFRN). O INCT/Planar conta com financiamento da CAPES, CNPq e da Fundação de Amparo e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte (FAPERN). O encontro marcou a integração de nossa pesquisa **A fronteira agromineral do Centro-Norte do Brasil: políticas, planejamento regional e transformações recentes**, financiada pelo CNPq, às atividades do INCT, do qual nos tornamos associados.

Os professores Fernando Macedo e Rodrigo Marques deram continuidade ao projeto **Mapeamento dos cordelistas do Sertão Central Cearense**, cuja pesquisa de campo realizada no dia três de setembro encontra-se relatada neste número. Essa pesquisa consolidou a parceria entre o GETETE e o LABSUL (FECLESC/UECE). O GETETE agradece o apoio financeiro do Instituto de Economia da Unicamp (IE/UNICAMP) que concedeu recursos que cobriram parcialmente a ida a campo. Em outubro, foi publicado o livro **O Nordeste em prosa e cordel**, organizado por ambos. O livro é uma síntese artística dessa pesquisa, da disciplina sobre o Nordeste ministrada pelo professores Vicente Alves e Fernando Macedo no Instituto de Geociências da Unicamp (IG/UNICAMP) e das atividades de extensão e cultura desenvolvidos por seus organizadores. A obra foi lançada no Seminário **O Nordeste brasileiro no século XXI: Economia, Geografia e Cultura**, foi realizado por integrantes do GETETE.

O evento contou com a participação das professoras Tânia Bacelar (UFPE e Ceplan) e Denise Elias (UECE), além de atrações culturais. O livro **Nordeste em prosa e cordel** contou com financiamento da Diretoria de Cultura da Pró-reitoria de Extensão Esporte e Cultura da Universidade Estadual de Campinas (DCULT/PROEEC/UNICAMP), através do Edital de Premiação de Projetos de Arte e Cultura de 2023.

Os integrantes do GETETE Carlos Eduardo Pereira do Nascimento e Caio César Fernandes da Silva, doutorandos do IE/UNICAMP e os professores Fernando Macedo, Janete Stoffel e Rosângela Pequeno apresentaram em setembro trabalhos no VII Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade, em Florianópolis/SC (VII SEDRES). O SEDRES é um dos mais importantes fóruns acadêmicos sobre o desenvolvimento regional no país e integrantes do GETETE participam dele desde o primeiro evento, em 2012, no Rio de Janeiro.

O **Informativo Getete** traz um pouco do que nós e nossos parceiros realizam nas universidades.

Boa leitura!

Investigações Territoriais:

Deslocamento pendular nas regiões metropolitanas do Ceará nos anos 2000 e 2010



Aline Alves de Oliveira

Doutora em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Regional e Urbana, Economia do Trabalho e Demografia. É pesquisadora do grupo de pesquisa em Territorialidades Econômicas e Desenvolvimento Regional e Urbano (GE-TEDRU) e do grupo de pesquisa Observatório das Migrações no Estado do Ceará (OMECE).

E-mail: linealvesoliver@gmail.com.

Introdução

Os movimentos pendulares se caracterizam como deslocamentos diários de pessoas que saem do seu município de residência para um outro município com o objetivo de desempenhar alguma atividade, dentre elas o trabalho (Aranha, 2005; Ântico, 2005; Moura et al., 2005). Outro conceito usado para a pendularidade é o de “*commuting*”, termo mais amplo e que segundo Ojima e Marandola Júnior (2012), se refere aos deslocamentos da população entre o local de residência e outros espaços, para a realização de atividades cotidianas como trabalho, estudo, consumo e outros.

As discussões sobre o deslocamento pendular são recentes na literatura nacional, dado que até a década de 1970, os estudos sobre os movimentos populacionais focavam notadamente nas migrações de longa distância e suas consequências. Mas a partir dos anos 1980, período apontado por Baeninger (2000) e Caiado (2005), como ponto de inflexão e um marco na mudança na mobilidade populacional, os deslocamentos pendulares ganham espaço nas principais discussões teóricas nacionais. A desconcentração da atividade econômica/produtiva e a geração de postos de trabalho em espaços interioranos e em regiões com baixo desenvolvimento econômico/produtivo, modificaram as direções dos movimentos populacionais no Brasil, com destaque para as migrações intrametropolitanas, para os movimentos de retorno, as migrações intrarregionais

e os movimentos de curta distância, com destaque para a migração intraestadual e os movimentos pendulares (Baeninger, 2000; Dota; Queiroz, 2019).

Em 2000, cerca de 7,4 milhões de pessoas praticavam a pendularidade no país (Antico, 2005; Aranha, 2005; Moura *et al.*, 2005; Oliveira, 2006; Ojima, 2007), e em 2010, mais de 15 milhões de pessoas pendulavam (Moura; Delgado; Costa, 2013; Delgado *et al.*, 2016). Mais da metade deste deslocamento (51,7%) ocorre nas regiões metropolitanas, tornando o movimento de predominância metropolitano (Moura; Delgado, 2016), o que reflete um aspecto importante da dinâmica urbana metropolitana, pois mostra suas desigualdades sociais e espaciais. Por isso, a mobilidade pendular tornou-se um dos principais indicadores para análise dos processos de metropolização e expansão urbana. (Moura *et al.*, 2005).

Por isso, as principais discussões teóricas sobre deslocamento pendular nos anos 2000 e 2010 concentraram-se nas principais regiões metropolitanas do país, analisando direção, fluxo e tempo de deslocamento (Antico, 2005; Aranha, 2005; Caiado, 2005; Jardim; Ervatti, 2007; Ojima, 2007; Moura; Delgado, 2016; Sidrim, 2018). Mesmo sendo um fenômeno que ocorre com maior intensidade nas regiões metropolitanas do país, outros estudos (Oliveira; Giviez, 2017; Barros; Oliveira, 2018; Silva, 2016; Colla, 2018; Sidrim, 2018; Sidrim; Fusco, 2019; Silveira et al., 2020; Carvalho; Queiroz, 2021) apontam que a pendularidade não é uma característica exclusiva destes centros. Silva, Queiroz e Ojima (2021) afirmam que a mobilidade por questões de trabalho cresce de forma significativa nos diferentes espaços/escalas geográficas do país, com destaque para a intensificação em áreas não metropolitanas e regiões metropolitanas do interior. Moura, Delgado e Costa (2013) mostram que 56,7% dos municípios brasileiros em 2010 apresentavam movimentos pendulares superior a mil pessoas.

Embora seja um tema bastante estudado, a temática sobre mobilidade pendular carece de análises em mais espaços urbanos, como as regiões metropolitanas do Ceará, que apesar de já terem sido abordadas em estudos sobre o tema (Silva, 2016; Silva,

Queiroz; Sidrim, 2017; Barros; Oliveira, 2018; Sidrim, 2018; Silva, 2020) o fenômeno não foi suficientemente abordado.

Nesse contexto, objetivo deste trabalho é mensurar o fluxo pendular por motivo trabalho (origem e destino) nos municípios que compõem as regiões metropolitanas de Fortaleza, Cariri e Sobral nos anos 2000 e 2010, para evidenciar as dinâmicas territoriais dos municípios dessas metrópoles e o grau de interação entre eles. Para alcançar esse objetivo foram utilizados os microdados dos Censos demográficos do IBGE de 2000 e 2010.

A mensuração dos deslocamentos pendulares permite definir ou redefinir a extensão de aglomerados urbanos; confirmar ou apontar centralidades; identificar cidades-dormitórios; e vislumbrar novas configurações espaciais (Moura, 2005), dando suporte para investigação da tendência ou não da metropolização dos aglomerados urbanos cearenses (Sobral e Cariri), contribuindo também para evidenciar as dinâmicas territoriais dos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza e do grau de interação entre eles.

As Regiões Metropolitanas Cearenses

A institucionalização das primeiras regiões metropolitanas no Brasil, ocorreu em resposta a intensificação da urbanização. A intensa industrialização pelo qual o país passava desde a década de 1950 acelerou o processo de urbanização, alterando a forma espacial dos municípios. Estes passaram a crescer e ultrapassar as delimitações territoriais, surgindo o fenômeno da metropolização. Segundo Freitas (2009) a metropolização se caracteriza como a polarização de uma região por uma grande cidade (metrópole) que mantêm forte influência e interdependência econômica nas cidades ao seu entorno, a região passa a se caracterizar pela grande dimensão física, alta densidade demográfica, altas taxas de urbanização, conurbação física e funções públicas de interesse em comum.

Nesse contexto, com base nos estudos do Grupo de Áreas Metropolitanas (GAM) do IBGE e do artigo de Galvão *et al.* (1969) que definiram os critérios para a criação de regiões metropolitanas, o Governo Federal institucionaliza as primeiras regiões metropolitanas do Brasil na década de 1970. Nove regiões metropolitanas foram criadas com o objetivo de assumirem papel de regiões de desenvolvimento, a partir de então passaram a ter espaço importante nas políticas federais e acesso a investimentos, o que modificou a dimensão espacial dessas regiões em termos territoriais, população, produção e consumo.

As mudanças ocorridas no país nos anos 1980, com a crise fiscal e financeira do estado e o processo de redemocratização com a promulgação da Constituição Federal de 1988 terão rebatimentos na configuração urbana do Brasil. A Constituição Federal de 1988 deu poderes às unidades da federação para instituírem suas regiões metropolitanas, sem legislação específica com critérios para observar o fator metropolitano, a criação de regiões metropolitanas deixou de ser uniforme. Como a rede urbana brasileira é formada por centros urbanos com dimensões variadas e relações dinâmicas com magnitudes diferentes (Motta; Ajara, 2001), a criação de regiões metropolitanas passou a ser a política regional adotada pelos estados na busca de recursos para esses territórios.

O estado do Ceará possui três espaços metropolitanos, Fortaleza, Cariri e Sobral. A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) foi instituída em 1973 por iniciativa federal para a consolidação, integração e modernização do território nacional. A RMF inicialmente era composta por cinco municípios: Fortaleza, Aquiraz, Pacatuba, Caucaia e Maranguape, no entanto, ao longo do tempo com a expansão industrial, terciária e turística e o crescimento do setor imobiliário outros municípios foram incorporados, em 2010 a RMF era composta por quinze municípios (Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante).

Seguindo a tendência nacional e por possuir uma rede urbana excessivamente centralizada na capital Fortaleza que teve como efeito o crescimento econômico desigual entre interior e capital, o governo estadual tem adotado políticas de desenvolvimento territorial ao longo dos anos, e a partir de 2009 a institucionalização de regiões metropolitanas no interior do Ceará passou a ser a política seguida para o desenvolvimento estadual. Dessa forma, a segunda região metropolitana instituída no Ceará foi a Região Metropolitana do Cariri (RM Cariri). Criada em 29 de julho de 2009, pela Lei Complementar estadual nº 78, a RM Cariri é composta por nove municípios (Barbalha, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri) (Ceará, 2009). Por ser a segunda região urbana mais expressiva do estado, dada a conurbação formada pelos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, denominada de CRAJUBAR (IPECE, 2018), a RM Cariri foi criada com o objetivo de mitigar os efeitos das desigualdades socioeconômicas entre interior e capital e minimizar o desenvolvimento desigual concentrado no triângulo CRAJUBAR em relação aos municípios vizinhos.

A Região Metropolitana de Sobral (RM Sobral) foi a terceira RM a ser criada no Ceará. Em 2016 ela foi instituída por força Lei Complementar nº 168, com finalidade de desenvolvimento local e regional. Sendo o seu objetivo promover a integração e o desenvolvimento regional sustentável entre os municípios que a comporiam. A RM Sobral é um exemplo de região metropolitana que tem como núcleo uma cidade média de importância regional (IPECE, 2018), sendo composta por 18 municípios (Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Massapê, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota).

A Pendularidade nos Espaços Metropolitanos Cearenses

Em 2000, o número de trabalhadores que pendulavam por motivo trabalho na

RMF era de 56.885 e passou para 113.157, em 2010, uma variação de 98,92%. Em termos municipais, Fortaleza desponta como principal polo receptor de pendulares. No ano de 2000, a cidade recebia 44.839 trabalhadores e, em 2010, este número foi para 72.528, uma elevação de 61,75% nas entradas de pendulares. Nos dois anos analisados, Fortaleza apresentou saldo positivo, 40.032, em 2000, e 55.465, em 2010. Assim como ocorre em outras regiões metropolitanas, a direção do fluxo do deslocamento pendular na RMF se concentra do entorno para o núcleo (Aranha, 2005; Brito; Souza, 2005; Ripel, 2018; Sidrim; Fusco, 2019), isto ocorre porque Fortaleza é a principal cidade da RMF, concentrando boa parte do PIB e das atividades produtivas, além disso, a pavimentação e expansão de rodovias, a implantação de um sistema integrado de transporte e a expansão de conjuntos habitacionais nas cidades do entorno próximo ao núcleo metropolitano estimulam a mobilidade populacional entre Fortaleza e seu entorno (Caucaia, Maracanaú, Eusébio, Pacatuba e Maranguape).

Além de Fortaleza, o município que mais recebeu trabalhadores pendulares no período analisado foi Maracanaú, 8,73% em 2000 e 12,48% em 2010, segunda maior economia da RMF e o distrito industrial mais tradicional da região, recebe trabalhadores vindos de Fortaleza, Pacatuba, Caucaia e Maranguape, no entanto o município apresentou saldo negativo nos dois anos analisados (9.164 e 6.070, respectivamente), o que pode ser explicado pela sua proximidade com Fortaleza e a integração das cidades via ônibus e metrô.

Em termos de saída, Caucaia chama a atenção, tanto em 2000 quanto em 2010, a cidade apresentou o maior número de saídas de trabalhadores, 21.202 (37,27%), em 2000, e 42.580 (37,63%), em 2010, tendo como destino principal a cidade de Fortaleza. Mesmo tendo um diversificado parque industrial com indústrias calçadistas, cosméticos, alimentos, metalúrgicos e outros, a cidade continua a ser um polo emissor de mão de obra. Assim como acontece com Maracanaú, a proximidade com Fortaleza e a integração das cidades via transportes coletivos podem explicar essa dinâmica da mobilidade pendular entre as duas cidades.

Outros destaques são Horizonte, Eusébio e São Gonçalo do Amarante, que apresentaram fluxos pendulares moderados e tornaram-se áreas de forte absorção pendular. Estes municípios foram beneficiados com políticas de atração de investimento e passaram a exercer atração sobre a população dos municípios vizinhos e despontam como novas centralidades na RMF.

Já na Região Metropolitana do Cariri o fluxo pendular em 2000 era de 2.953 indivíduos, e em 2010 esse valor aumentou para 9.230, um crescimento de 212,56%. Juazeiro do Norte é o município que concentra as entradas de pendulares na região, 57,60%, em 2000 e 61,66%, em 2010, uma elevação de 234,57% em termos absolutos, exibindo nos dois anos saldo positivo (903 e 3.338), seguindo a tendência da direção dos fluxos pendulares de outras regiões metropolitanas, do entorno para o núcleo. O município recebe trabalhadores principalmente de Crato e Barbalha devido à proximidade entre as cidades e por ser o núcleo da RM Cariri concentrando a maior parte dos serviços e das atividades produtivas.

Depois de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha são as cidades que exibem os maiores fluxos de entrada. No ano 2000, Crato recebia 19,30% trabalhadores, e em 2010 Crato passou a receber 13,76% trabalhadores pendulares, apesar da queda na participação, a elevação do número de pendulares foi de 122,8%, estes eram oriundos de Juazeiro do Norte, isto porque o Crato é a segunda maior economia da RM Cariri concentrando mais de 20% do PIB e concentrando atividades nos setores comerciais, industriais, educacionais e turísticos. Barbalha, no ano 2000, recebia 11,04% trabalhadores pendulares da RM Cariri, em 2010, esse número aumentou para 13,29%, uma variação de 276,4%. O município nos dois anos analisados recebia trabalhadores das cidades de Juazeiro do Norte e Crato, terceira maior economia da RM Cariri, com mais de 10% de participação no PIB, Barbalha tem o setor de serviços, especialmente os serviços médicos, como principal atividade, sendo um polo de especialidades médicas, atraindo pessoas, mercadorias e atividades ligadas a esta área (Cordeiro, 2015).

Mesmo apresentando economias dinâmicas, as cidades de Crato e Barbalha apresentaram saldos negativos nos anos analisados, Crato em 2000 com saldo de -364 era a cidade com maior participação nas saídas de trabalhadores (31,63%) e Barbalha com saldo de -354 era o município com a terceira maior participação nas saídas de trabalhadores (23,03%), atrás somente de Juazeiro do Norte, com uma participação de 27,02%. Em 2010, o Crato apresentou saldo de -2.458 e continuou a ter maior participação nas saídas de trabalhadores (40,39%) e Barbalha exibiu saldo de -1,192 e passou a ter a segunda maior participação nas saídas de trabalhadores (26,21%) na RM Cariri, ultrapassando Juazeiro do Norte (24,94%).

Na Região Metropolitana de Sobral, no ano 2000, 2.555 trabalhadores se deslocavam para trabalhar em outro município da região, em 2010, esse número se elevou para 8.364, uma variação de 227,36%. Nos dois anos analisados observou-se uma forte polarização das entradas de trabalhadores pendulares no núcleo da região, Sobral que concentrava 90% das entradas, em 2000 e em 2010, indicando um aumento do fluxo entorno – núcleo de 224,9%, mostrando a disparidade existente entre os municípios da RM Sobral. Sobral é um dos centros urbanos mais importantes do interior cearense classificada como Capital Regional C pelo REGIC (2008), exercendo influência na região noroeste do Ceará (Holanda, 2007; Rodriguez, 2020; Oliveira, 2022), o que explica a concentração do fluxo pendular em direção ao núcleo. Com relação às saídas, Massapê e Forquilha se destacam com as maiores participações, sendo 31,2% e 28,2%, em 2000, e 34,6% e 23,8%, em 2010. Mais de 90% dessas saídas nas duas cidades foram em direção a Sobral. Esse intenso fluxo em direção a Sobral ocorre porque elas são próximas, com uma média de 17 Km de distância, o que favorece os deslocamentos pendulares e também por Sobral concentrar a atividade econômica e oportunidade de trabalho.

Considerações Finais

O objetivo principal desta pesquisa foi mensurar o fluxo pendular por motivo trabalho (origem e destino) nos municípios que compõem as regiões metropolitanas de Fortaleza, Cariri e Sobral nos anos 2000 e 2010, para evidenciar as dinâmicas territoriais dos municípios dessas metrópoles e o grau de interação entre eles. Os resultados encontrados mostram que as três regiões metropolitanas aqui analisadas apresentam distinções quanto ao fluxo pendular.

A Região Metropolitana de Fortaleza, mais antiga, tem uma maior integração da capital Fortaleza com o seu entorno. Há também o surgimento de outras centralidades no seu interior, evidenciado pela evolução do fluxo pendular de algumas cidades da RMF. Na Região Metropolitana do Cariri, o fluxo de trabalhadores pendulares se concentra no núcleo da região, mas há uma clara tendência de dispersão para o entorno próximo (Crato e Barbalha), evidenciando a existência de uma integração entre o núcleo metropolitano e o seu entorno mais próximo. Já na Região Metropolitana de Sobral, o deslocamento pendular de trabalhadores se concentra em Sobral, núcleo metropolitano. Há uma menor relação com o seu entorno e como consequência, menor integração.

Dessa forma, tendo a pendularidade como parâmetro para o processo de metropolização e expansão urbana, por mostrar a complementaridade das funções urbanas entre municípios da mesma região, percebe-se que as regiões metropolitanas do interior do Ceará apresentam fragilidades no que diz respeito à dinâmica metropolitana. Há grande disparidade entre os municípios que as compõem e a baixa integração entre eles.

Desenvolvimento regional: uma agenda de pesquisa



Rosângela dos Santos Alves Pequeno

Doutora em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-UNICAMP), Pesquisadora do Grupo de Estudo das Transformações Econômicas e Territoriais – GETETE (CEDE-IE-UNICAMP) e Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

E-mail: rosangela.pequeno@ufrn.br.

No Brasil, uma multiplicidade de estudos reúne um amplo acervo direcionado para a temática do desenvolvimento regional, construído sob várias interpretações. Neste campo, priorizam-se os que se dedicaram a pensar o “regional” em suas múltiplas dimensões que, sabiamente, foram capturadas em distintos momentos por múltiplas lentes e que tiveram a preocupação de analisar os impactos regionais seletivos provenientes da expansão do sistema capitalista. Tal contexto, nos remete às contribuições dadas por Araújo (2000, 2013), Cano (2007, 2017), Furtado (1999, 2013, 2014), Oliveira (1993a, 1993b, 1995), entre outros, ao debate sobre a questão regional.

Este conjunto de autores consagrados formataram e conduziram a construção do conhecimento sobre o imenso território brasileiro, possibilitando a compreensão de um país que carrega em suas porções regionais o argumento ideológico sustentado por uma elite conservadora. Sobre essa questão, a visão realista do mestre Cano (2007) não deixa dúvidas de que a dominação do capital mercantil regional e o oportunismo político foram determinantes para a manutenção das profundas diferenças que marcam a trajetória econômica, política e social do nosso país.

A percepção das disparidades regionais expostas por Furtado (2013) e Oliveira (1993a) destacaram a captura das instituições pelas elites regionais para atenderem os seus próprios interesses. Não foi ocasional que a visão otimista de Furtado (2014, p.

393), dado o esforço voltado para a implantação de uma política de desenvolvimento para a Região Nordeste, deu lugar ao pessimismo, em razão do golpe de Estado de 1964, retratado em sua obra “A fantasia desfeita”, ao dizer: “Dedicara anos a organizar minha fantasia, na esperança de um dia transformá-la em instrumento de ação a serviço de meu pobre e desvalido Nordeste. Agora, essa fantasia estava desfeita, desmoronara como uma estrela que se estilhaça”.

Embora não contenha o rigor acadêmico, as relações “regionais” foram partes de uma ampla produção literária, exposta em tramas romanescas, prosas, contos e poesias. Entre os escritores pode-se citar os manuscritos de Mário de Andrade, ao caracterizar os elementos da cultura popular; a obra de Érico Veríssimo, ao explorar os conflitos que marcaram a construção da fronteira sul brasileira; a crítica social de Lima Barreto, ao abordar as mazelas do subúrbio carioca; o posicionamento de Jorge Amado, ao relatar as relações trabalhistas na denominada região cacauzeira do sul baiano; o enredo de Graciliano Ramos, ao expor o êxodo rural devido às secas no semiárido nordestino; a descrição de Euclides da Cunha, ao retratar a força dos homens do sertão e o conjunto da obra de Bernardo Guimarães que exprime o modo de vida e a religiosidade do sertanejo. Outras tantas obras poderiam ser citadas no que diz respeito à conscientização do quadro regional e suas diferenças socioeconômicas, via relação didático-pedagógica da literatura.

Como se vê, o contexto regional se revela por um amálgama de fatores que envolve distintas análises, cuja percepção vai muito além dos seus aspectos físicos e territoriais. Milton Santos, em suas obras (Santos, 1996; Santos; Silveira, 2006), afirma que as relações sociais condicionam a ocupação do território, sendo este marcado pelas heranças de tempos passados, expressando a não neutralidade do espaço. Deste modo, a dinâmica do território mostra que as dissimetrias resultam de momentos históricos, tendo em vista que cada região não absorve igualmente os processos de modernizações com suas especializações produtivas. Esse movimento desigual afeta a estrutura

federativa, pois entre os espaços territoriais diferenciados, por exemplo, em momentos de crise e instabilidade econômica, as tensões tendem a se elevar, comprometendo as articulações, dificultando as relações intergovernamentais.

Nesta perspectiva, tratar sobre o desenvolvimento regional é construir uma agenda que comporte não apenas os aspectos econômicos, sociais, ambientais, políticos, culturais, mas que contemple estudos que permitam a transversalidade com outras áreas de conhecimento. Neste sentido, a temática do desenvolvimento regional também faz parte de investigações voltadas para o campo das finanças públicas que discorrem sobre a questão do federalismo. No caso brasileiro, sob essa ótica, os elementos constitutivos reúnem o aparato de Estado, por meio dos órgãos governamentais da administração direta e indireta, das empresas estatais, do sistema financeiro público, presentes nos três níveis de governo (União, estados e municípios) de forma inter e intrarregional.

Nesta linha de pesquisa, a contribuição de Furtado (1999) ao englobar a estrutura federativa brasileira no debate econômico sobre os rumos do desenvolvimento regional mostra a importância da organização do território em diferentes escalas e níveis de governo. Furtado reconheceu que o projeto para a construção da nação brasileira teria que passar pela concepção de um federalismo baseado na cooperação e na solidariedade. Nesses termos, ressalta-se que essa compreensão continua válida para se pensar o desenvolvimento no âmbito regional e requer que os mecanismos institucionais que atuam como moderadores dos conflitos federativos façam parte da agenda de pesquisa.

Para tanto, vincular o desenvolvimento regional a uma agenda de pesquisa que reúna estudos sobre a execução de políticas públicas é abordar estudos sobre a saúde, a educação, o meio ambiente, o saneamento básico, a segurança pública, entre outras. Em geral, essa pauta envolve estudos sobre a relação de poder entre as esferas de governo e a capacidade de implementar as políticas públicas. Por ser um processo dinâmico, a mesma deve ser parte permanente da agenda dos governos, dos órgãos de pesquisa, dos partidos políticos, dos técnicos e dos acadêmicos.

É neste contexto que nos estudos voltados para o desenvolvimento regional, o papel dos governos subnacionais ganha importância, dado que para a provisão das políticas públicas se deve reunir recursos financeiros, humanos e de gestão, bem como avançar nos planos de desenvolvimento econômico, social e político. Deste modo, resalta-se que o modelo de federalismo que visa fortalecer a coesão dos entes subnacionais precisa ser aprimorado e as ações ampliadas, potencializando a capacidade de investimentos, gerando maior cooperação e estimulando o desenvolvimento regional.

Neste cenário, a “figura” dos consórcios públicos entra na agenda de pesquisa associada ao federalismo brasileiro. Esta minha disposição toma como objeto de análise as experiências concretas de consorciamento, devido à possibilidade de identificar as potencialidades e as contradições, vistas por meio dos elementos apreendidos em âmbito regional. Deste modo, retoma-se e amplia-se a discussão sobre as mudanças que equacionam o descompasso entre as políticas econômicas e suas implicações sobre a dinâmica do desenvolvimento regional.

O centro das investigações envolve verificar os mecanismos de cooperação instituídos que têm gerado controvérsias entre os pesquisadores, a exemplo dos consórcios públicos, no que diz respeito aos distintos resultados obtidos. Entretanto, a depender da localidade, a forma e o conteúdo se alteram, o que propicia averiguar diferentes consórcios e as possíveis implicações para o desenvolvimento regional. Com este enfoque, abre-se uma ampla agenda de pesquisa, ainda pouco explorada, por meio de estudos empíricos voltados para aprofundar a temática sobre a atuação dos consórcios públicos, não apenas em âmbito intermunicipal, mas a formação de novos consórcios interestaduais.

Em que pese a extensa literatura em torno do tema regional, o seu debate requer uma agenda de pesquisa contínua, dado que os componentes conjunturais promovem a dinamicidade das trajetórias de desenvolvimento. Nesta situação, conciliar uma agenda de pesquisa com estudos já realizados e averiguar as mudanças territoriais mais recentes permite um olhar atualizado atrelado às especificidades de âmbito regional. Tal perspectiva configura-se em uma proposição de agenda de pesquisa.

Regionalização da crise climática



Evaldo Gomes Júnior

Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-UNICAMP) e professor do Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário e Regional, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (IEDAR/UNIFESSPA). Atualmente está como coordenador do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia (UNIFESSPA). E-mail: evaldo.gomes@unifesspa.edu.br.

Recentemente, o Programa de Pós-graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (PPGPAM/Unifesspa) lançou, sob a competente coordenação do prof. Maurílio de Abreu Monteiro, o livro *Amazônia: a região de Carajás* (Editora NAEA, 2023). Neste livro, um conjunto amplo de pesquisadoras e pesquisadores propõem debater as condições de inserção de uma parte específica do mosaico amazônico na economia nacional e global. Trata-se da região de Carajás, ou parte do Sul e Sudeste do Pará, alvo desde os anos de 1970 da expansão colonial dirigida pelo Estrado nacional. Desde então a região foi levada a alterações da paisagem extrativista, dos alagados e da floresta, para a paisagem da pastagem e da mineração transnacional.

Não se objetiva, neste texto, elaborar uma resenha do livro. Porém, pretende-se apresentar sucintamente as considerações que mais nos chamam atenção do ponto de vista dos estudos sobre economia, sociedade e ambiente e, destes estudos, ter compreensão de nossos dilemas a partir de uma porção da Amazônia desmatada, ou uma região que já é identificada com uma paisagem ambiental de não retorno à dinâmica de reprodução da floresta tropical úmida².

² Cientistas alertam para a proximidade do ponto de não retorno no sul da Amazônia. Disponível em: <https://ufpa.br/cientistas-alertam-para-a-proximidade-do-ponto-de-nao-retorno-no-sul-da-amazonia/>. Acesso em: setembro de 2024.

O estudo sobre componentes naturais elaborado por Barbosa et al. (2023) mostra que na região de Carajás as ações antrópicas já foram responsáveis por uma acelerada substituição das paisagens naturais, especialmente florestais, por pastagens, principalmente, mas também outras intervenções vinculadas à produção de *commodities* e sua consequente urbanização. Este estudo também apresenta alterações nas condições de temperaturas médias e pluviosidade na região nas últimas décadas. Os conflitos e mortes no campo e a violência nas cidades são as consequências permanentes deste processo de transformação de terras em ativos. O massacre de Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996, é lembrado todos os anos na chamada Curva do S, na rodovia BR-155. Mas, ainda assim, a dinâmica de expansão da chamada fronteira agromineral avança numa marcha que parece incansável na utilização de terras, força de trabalho e recursos hídricos.

Enquanto isso, dados do mercado de trabalho analisados por Gomes Jr. e Silva (no prelo) mostram que a economia da mineração e do agronegócio confirmam ciclos de desigualdade e instabilidade da produção. Os autores apontam uma redução do salário real dos trabalhadores formais do Sudeste paraense, segundo Ministério do Trabalho e Emprego, a despeito das expressivas taxas de crescimento do valor adicionado bruto (VAB) da mineração. Ainda que se observe a média salarial relativamente alta no setor mineral, a média salarial de todos os setores na região fica abaixo da média nacional, à exceção dos assalariados vinculados a Serviços Industriais de Utilidade Pública. Além disso, a reforma trabalhista reduziu a média salarial de quase todos os setores. A agropecuária, conhecida pelo marketing agressivo em torno do setor, carrega a menor taxa de crescimento do número de empregos formais na região, nos últimos quinze anos.

Sobre uso de produtos químicos na condição de fertilizantes e agrotóxicos na região, segundo trabalho recente do prof. Maurílio (2023b), em que o autor analisa os três últimos censos agropecuários, o autor apresenta o crescimento do custo destes produtos por hectare num crescente superior entre as duas últimas pesquisas do IBGE, em 2006 e 2017. O autor também verificou que este padrão tecnológico avança de forma

generalizada em territórios de assentamentos, e não só em médias e grandes propriedades. Uma trajetória tecnológica feita para o monocultivo de grande escala, vinculada por força de dominação mercantil aos territórios de agricultura familiar, por meio da hegemonia do modelo comercial e técnico da produção agrícola no país.

Todos estes elementos já nos servem como evidências de como a crise climática atualiza as condições socioeconômicas e ambientais numa parte extremamente afetada pela ação antrópica vinculada ao desenvolvimento produtivo voltado à exportação. É preciso indicar que o sonho da integração nacional se tornou um processo de regionalização da economia exportadora cuja determinação principal são os preços cotados em mercados futuros nacionais e internacionais, com o preço condicionado a estes últimos. Mas esta ordem liberal de organização territorial só não considerou as instabilidades dos mercados internacionais, que hoje expressam mais processos de desestruturação do modelo de governança liberal que propriamente processos cíclicos. Para usar como exemplo, diante da boa safra argentina e estadunidense, os preços da soja e do milho caíram continuamente ao longo do ano, ainda que a safra não tenha atingido a previsão inicial³. Ao que parece, o poder de monopólio do setor serve para organizar a produção interna de grãos, carnes etc. mas não define em última instância o preço.

A estrutura de expansão da produção de grãos, minérios, carnes que chega na Amazônia por meio da grilagem, derrubada ilegal de madeira e queimadas, tem seus preços de curto prazo determinados pela demanda, há muito tempo já definido por Kalecki (1977, p. 33): “de modo geral, as alterações de preço dos produtos acabados são “determinadas pelo custo”, enquanto as alterações de preço das matérias-primas, inclusive produtos alimentícios primários, são “determinadas pela demanda”. Os oligopólios das *commodities* estão do lado da demanda, criando contratos de compra de acordo com suas praças financeiras. E esta armadilha é intensificada com a reorganização da captação de recursos e da gestão financeira do agronegócio assistida nos últimos anos, por meio da Lei 14.130, de 2021, de criação dos Fundos de Investimento nas Cadeias

³ Safra de soja do Brasil recua 4,7% em 23/24, colheita de milho cai 12,3%, diz Conab. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/safra-de-soja-do-brasil-recua-47-em-2324-colheita-de-milho-cai-123z-conab,-5140f5b676a614dd0f20a04c72f22b79onor4yc9.html>>. Acesso em: setembro de 2024.

Produtivas Industriais (Fiagro), institucionalizando vínculos de processos de alavancagem aos preços das mercadorias finais, das terras cultivadas e de outros ativos⁴.

Quando insistimos, nos vários artigos presentes no livro apresentado e no início deste texto, que a lógica de produção de *commodities* na região de Carajás resulta no próprio fracasso de organização desta sociedade regional, só ecoamos o que já vem sendo percebido pelos movimentos sociais e populações diretamente atingidas pelas mudanças climáticas. Os refugiados climáticos já existem e estão vendendo seus lotes de reforma agrária, suas casas em vilas cercadas pelo avanço da soja e pela escassez de água, por vários meses, em pleno mosaico amazônico.

Ainda que este cenário nos aponte para um pretense apocalipse das condições de sociabilidade do subdesenvolvimento na América Latina, e especificamente na Amazônia desmatada, é preciso expressar que sujeitos que discutem planejamento tenham um mínimo de coerência em reafirmar a necessidade de constituir saídas para estes processos, para além da tradição liberal-conservadora brasileira. Esperar o colapso do modelo é torcer pelo pior. O que o PPGPAM está apontando neste momento, após o lançamento daquele livro com nossas sistematizações de pesquisa, é garantir também a sistematização de ações de diálogo com a sociedade, num livro a ser lançado em 2025, com possibilidade de vinculação destas ações já desenvolvidas com políticas públicas, por meio da participação em espaços de diagnóstico, formulação de ações e de avaliações junto a movimentos sociais territorializados na região, além dos governos em seus vários níveis.

Recentemente nos lançamos num desafio institucional e interdisciplinar de formular um projeto de produção de bioinsumos a partir de diálogos entre a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e Comissão Pastoral da Terra. A ideia é garantir a recomposição do solo da região, degradado por pastagens e outras ações. Por fora do padrão mecânico-químico, a ideia é ter ganhos de produtividade em relação aos mercados convencionais de fertilizantes

⁴ Recuperação judicial da AgroGalaxy alcança Fiagros, que caem até 6%. Disponível em: <https://www.info-money.com.br/onde-investir/recuperacao-judicial-da-agrogalaxy-alcanca-fiagros-que-caem-ate-6/>. Acesso em: setembro de 2024.

– mesmo os de fertilização biológica – e integrar desde o início as práticas já estabelecidas por camponesas e camponeses da região, para que o ganho de escala supere as barreiras impostas pelo padrão técnico hegemônico. Isto poderá nos levar à criação de novas estratégias de governança, baseadas na relação entre universidade e territórios, que alcancem escalas de superação de processos de degradação ambiental em níveis regionais ou até macrorregionais, no médio prazo.

É preciso reivindicar e avançar nestas tarefas, para que as universidades públicas também percebam a necessidade de se integrarem a territórios novamente, para compartilhamento de diagnósticos e soluções. Enquanto que as formas originais de difusão do conhecimento científico não dão conta de superar as crises, novas epistemologias também precisam surgir, a partir dos territórios, mas com a consciência que outros níveis de mediação precisam ser enfrentados para superarmos a sociedade da governança neoliberal.

Relato de pesquisa: nos campos do Sertão



Fernando Cezar de Macedo

Professor Titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP) e Coordenador do Grupo de Estudos sobre transformações Econômicas e Territoriais (GETETE).

E-mail: fcmacedoi@unicamp.br



Rodrigo Marques

Rodrigo Marques Professor da Universidade Estadual do Ceará, atua no curso de Letras do Campus de Quixadá (FECLESC). Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Ceará (2015) e Pós-Doutor em Literatura Comparada pela USP. Editor da Aluá Edições. Possui sete livros publicados entre obras de literatura e teoria literária. Coordena o projeto mapeamento dos Cordelistas do sertão Central Cearense. E-mail: rodrigo.marques@uece.br .

O Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais (GETETE) do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP) e o Laboratório de Formação em Cultura Popular Nordestina e Ibérica da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central da Universidade Estadual do Ceará (LABSUL/FECLESC/UECE) visitaram o produtor rural Francisco Erinaldo Mesquita de Castro, na zona rural de Senador Pompeu, município do Sertão Central cearense, no dia 3 de setembro deste ano. Erinaldo, que é também cordelista, nasceu em 1979, na Fazenda Amanaju, hoje conhecida como Assentamento Florestan Fernandes.

O menino, que na infância ouvia cantorias na fazenda, tornou-se poeta depois que ingressou no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), influenciado pela leitura de poemas nas aberturas das reuniões do movimento – a “Mística do MST”. Não demorou muito, saiu da condição de espectador atento para ele mesmo escrever suas

poesias, que até hoje são feitas à mão e registradas em vários cadernos. Seus poemas refletem o cotidiano de luta e trabalho na terra e são fontes importantes de pesquisa, porque são o registro, em versos, de quem viveu os acontecimentos de sua comunidade e região.

A visita faz parte das atividades do projeto de pesquisa, ensino, extensão e cultura **Mapeamento dos Cordelistas do Sertão Central Cearense**, coordenado pelo professor Rodrigo Marques (LABSUL/FECLESC/UECE) com colaboração do professor Fernando Macedo (GETETE/IE/UNICAMP).

A seguir, o relato desse encontro.

Figura 1 - Erinaldo Mesquita de Castro, produtor rural e cordelista em Senador Pompeu (CE)



Foto: Ribeiro (@wribeiro__)

O começo

O pai de Erinaldo, Antônio Umilson de Lima Castro (1938-2024), foi trabalhador da antiga fazenda Amanaju, onde o nosso personagem principal nasceu, há 45 anos. Começava ali uma bonita história, que une terra, trabalho e poesia. Desde aquele longínquo 1979, muita coisa mudou na vida de Erinaldo, especialmente nas últimas duas décadas. As terras que pertenceram à família do fazendeiro Ciro Moreira Cavalcanti (1931-1988) foram ocupadas em 18 de agosto de 2000 por camponeses ligados ao MST, num momento em que as herdeiras se distanciaram da administração da propriedade.

Na condição de morador (e trabalhador) da Amanaju, Erinaldo inicialmente achou estranho o comportamento daqueles que fizeram a ocupação. Para o **Informativo Ge-**

te, disse que os moradores antigos sentiram medo daquele povo que vivia a se reunir e a cantar palavras de ordem. Não tardou muito, eles começaram a participar das reuniões diárias e das assembleias que ocorriam aos domingos. Poucos meses depois da ocupação, Erinaldo deixou de apenas jogar futebol com aqueles estranhos e começou a interagir ativamente com eles. Em seu cordel **Minha militância do MST**, ele conta um pouco dessa história:

Foi no ano de 2000,
eu conheci o movimento
na ocupação da fazenda
através do acampamento,
cheguei a emocionar a gente
com uma história diferente
de ganho e conhecimento
(CASTRO, Erinaldo. **Minha militância no MST**, inédito).

Iniciava, assim, sua militância no movimento, a despeito de a família proprietária ter entrado na justiça contra a participação dos moradores numa possível ocupação da fazenda, inclusive sob pena de pagarem multa diária se aderissem à causa do MST. Não adiantou. A luta dos sem-terra deu resultado, pois em outubro de 2001 saiu o decreto de desapropriação e no mês seguinte a emissão de posse:

Em 19 de novembro do ano 2001
saiu a emissão de posse
era um desejo comum
fazer a reforma agrária
tão sonhada e necessária
escravo mais de nenhum
(CASTRO, Erinaldo. **Minha militância no MST**, inédito)

Iniciava, assim, sua militância no movimento, a despeito de a família proprietária ter entrado na justiça contra a participação dos moradores numa possível ocupação da fazenda, inclusive sob pena de pagarem multa diária se aderissem à causa do MST. Não adiantou. A luta dos sem-terra deu resultado, pois em outubro de 2001 saiu o decreto de desapropriação e no mês seguinte a emissão de posse:

Os dez moradores jovens que lá viviam antes da ocupação haviam recorrido à proteção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixeramobim para se defenderem das ameaças das antigas patroas-proprietárias. Protegidos pelo sindicato, eles também foram cadastrados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), receberam lotes e o direito de trabalhar na terra, que, até 2021, era de uso coletivo, ou seja, ainda não era cercada. Com eles, outros 39 trabalhadores (e suas famílias) foram assentados. Logo após a emissão de posse, foi fundada a Associação em 27 de novembro de 2001, o que possibilitou maior organização dos assentados e ganho qualitativo nas relações de produção dos camponeses.

A legalização da Associação permitiu aos assentados a elaboração de projetos para acessar os financiamentos do Incra – que, no início de 2002, foram a fundo perdido para viabilizar a organização dos moradores do assentamento – e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Os recursos iniciais do Incra foram fundamentais, segundo Erinaldo, para que os outros 39 assentados e suas famílias pudessem construir as casas e sair das barracas de lona; para os outros dez moradores antigos, as casas já estavam construídas.

De acordo com Erinaldo, além da possibilidade de trabalhar na própria terra, a vida no assentamento foi fundamental para sua formação política e cultural, como veremos no último tópico. Em seus versos, ele relata sua transformação de ser um simples morador, que, como vimos, meses antes, pouco entendia do que estava ocorrendo, até se tornar um dirigente militante, cuja formação se deu a partir do próprio movimento:

Ano 2002, fui fazer o prolongado
um curso do movimento
onde aprendi um bocado
me tornei um cidadão
expressando a opinião
não posso ficar calado

No ano 2003, foi a nível nacional
um curso pra dirigente

eu achei muito legal
no estado de Goiás
mostrando como se faz
o movimento social
(...)

No ano 2004 assumi a direção
Fazer parte também
Do setor de formação
Fui ao encontro nacional
No Paraná foi legal
Fazer a transformação
(CASTRO, Erinaldo. **Minha militância no MST**, inédito).

O desenvolvimento do assentamento

Para Erinaldo, é consenso que a situação dos trabalhadores melhorou muito desde então. Ele atribui isso tanto às políticas públicas quanto à organização da categoria, que pôde acessar financiamentos por meio de projetos apoiados por assessoria técnica do MST:

Ficou melhor. Na verdade, assim, da fazenda, que eu nasci e me criei, que meu pai era morador, a gente agradecia demais os patrões também, porque era o que a gente tinha para morar naquele tempo, era a casa, para uma diária, para sobreviver. Só que era uma época muito difícil, não tinha esses projetos que tem hoje, não tinha essas políticas públicas. Aí trabalharam esse tempo todo. Aí quando saiu o assentamento, então quer dizer que 20 anos que eu morei de fazenda de 20 anos, e 20 anos, 20 e poucos anos que tô aqui no assentamento, não tem nem comparação. O cara dentro da fazenda não podia criar; só quem podia criar era o proprietário. Aí quem podia criar uma vaca era o morador mais antigo, mas você já não podia. Depois do assentamento, aí saiu os projetos, todo mundo pode criar seu gado, os animais.

“Os projetos que vêm, tudo é através da Associação”, como faz questão de enfatizar Erinaldo. Com apoio da Associação e dos técnicos do MST, os assentados do Florestan Fernandes vêm conseguindo financiamento em linhas como a do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), através do BNB. Os recursos são majoritariamente dirigidos à pecuária leiteira, principal atividade do assenta-

A produção leiteira pautou o movimento e catalisou a luta do Florestan Fernandes, que passou a reivindicar, a partir de 2015, a construção de um laticínio que possibilitasse aos trabalhadores melhorar a comercialização do leite, escapando da voracidade dos intermediários comerciais, e a diversificar a produção, como cantou em versos nosso entrevistado:

Desde dois mil e quinze
Começava a discussão
Construí um laticínio
Para nossa região
E o preço melhorar
Poder comercializar
Com a industrialização

Várias reuniões do fórum
Do sertão para a Cidade
O movimento sem terra
Com a sua atividade
Pra nossa população
Debate e aprovação
Pra ver a realidade
(CASTRO, Erinaldo. **Laticínio Terra Conquistada**, inédito).

O esforço conjunto de 28 assentamentos permitiu que, em 2018, chegasse à região uma agroindústria de leite localizada em Nova Canaã, com apoio do Banco Mundial e do governo do estado. Ela começou a operar em 2019. Erinaldo participou da direção da cooperativa. Seus versos contam essa história:

Em 2019 fiquei na diretoria
Da nossa cooperativa
Desafio todo dia
Para fazer funcionar
Poder comercializar
Produtos com alegria

Uma equipe que trabalha
Com muita determinação
Pela terra conquistada
De luta e transformação

E pra falar a verdade
Produtos é de qualidade
Nata, queijo e requeijão
(CASTRO, Erinaldo. **Minha militância no MST**, inédito).

O laticínio Terra Conquistada foi construído pela cooperativa dos produtores e os fortaleceu na luta contra o atravessador, especialmente os laticínios concorrentes, de maior poder econômico, que controlavam a compra e ditavam preços para baixo, reduzindo a rentabilidade dos assentados, como relatou nosso poeta, tanto na entrevista quanto nos versos:

Em novembro de 2019
Teve conquista ha altura
Venda de leite pra Betânia
Mesmo que seja inatura
Dado o pontapé Inicial
Pra Nossa classe social
Melhor para agricultura

Poucos dos assentados
Teve coragem de iniciar
Na primeira coleta
Vanderlei veio buscar
Na Betânia o caminhão
Preste bastante atenção
Mil e trezentos litros lá

Logo foi melhorado
Aumentou a quantidade
Passamos a ser visto
Com a credibilidade
Seis mil litros chegou
No P.A.A. também entrou
A vender para Cidade
(CASTRO, Erinaldo. **Laticínio Terra Conquistada**, inédito).

O laticínio Terra Conquistada atende os produtores do Sertão Central cearense. Além dessa agroindústria, outros quatro empreendimentos foram financiados no estado àquela época, todos ligados a atividades dos pequenos produtores, como a caprinocul-

tura, assim como a produção e o beneficiamento de mandioca, mel e caju. Esses investimentos que melhoram as condições de produção dos assentados de diferentes regiões cearenses foram resumidamente versados pelo cordelista Erinaldo em dois poemas diferentes:

Em 2018 eu passei na seleção
Vim pro centro frei Humberto
Pro curso mais gestão
Conquista do movimento
Foram cinco empreendimentos
Um pra nossa região
(CASTRO, Erinaldo. Minha militância no MST, inédito).

Saiu cinco agroindústria
Para o estado do Ceará
Mais da nossa região
É a que vou ressaltar
Assentamento Canaã
Pra Vitória do amanhã
Para sempre ficará (CASTRO, Erinaldo. **Laticínio Terra Conquistada**, inédito).

Erinaldo puxa da memória e lembra que no projeto de 2018, que trouxe a agroindústria do leite para a região, foi realizado um esforço de melhoramento genético, com a chegada de 18 botijões de sêmen para os assentamentos do Sertão Central e a realização de cursos sobre inseminação artificial para os produtores da região. Apesar das dificuldades iniciais para a adoção dessa técnica, ele acredita que pouco a pouco se observa avanço em relação à genética dos animais.

Ele percebe, no entanto, muita resistência dos produtores para empregar a inseminação artificial, havendo uma preferência pela técnica tradicional de usar o touro. O entrevistado afirma que manter um touro no curral para reprodução é muito mais caro; porém, ainda assim, essa é a escolha da maioria. Erinaldo diz entender essa resistência, mesmo sendo a inseminação artificial economicamente mais barata e produtiva, afinal, o processo é muito trabalhoso, exige muitos preparos e cuidados com as vacas, como

dar o sal e o concentrado de ração em proporções corretas para manter o animal bem alimentado e mineralizado, além do acompanhamento cuidadoso do cio da vaca para inseminar no momento correto. O próprio Erinaldo já tentou fazer a inseminação em várias ocasiões, mas só teve sucesso quatro vezes, o que indica que, apesar de economicamente interessante, o processo artificial coloca dificuldades de êxito para o produtor, o que recrudesce a resistência ao uso da técnica mais avançada. Não obstante essas dificuldades, há *“vacas já dos sêmen, parindo, que tão boas de leite”*.

Ele lembrou, ainda, que parte dos recursos daquele projeto de 2018 foi destinada à melhoria do suporte forrageiro para alimentação animal. Aliás, a pequena produção agrícola nas terras do assentamento se dirige majoritariamente à ração do gado, alguma coisa ficando para a alimentação humana.

A evolução técnica e produtiva do assentamento decorrente do projeto São José foi versada pelo cordelista no seu já mencionado poema **Laticínio Terra Conquistada**, como se vê a seguir:

Uma parte do recurso
Pro suporte forrageiro
Melhorando a forragem
Do nosso gado leiteiro
Milho, sorgo e feijão
Cultura do meu sertão
E da palma de sequeiro.

Tanques de resfriamento
Ktis de higienização
Melhoramento genético
Desenove⁵ butijao
Quinhentas doses cada
Todas bem armazenada
Trabalhar inseminação
(CASTRO, Erinaldo. **Laticínio Terra Conquistada**, inédito).

O papel das políticas públicas

O semiárido brasileiro, onde se localiza o Sertão Central cearense, foi, segundo certa interpretação sobre o desenvolvimento regional brasileiro, uma das regiões mais

⁵ Na entrevista para os autores, Erinaldo disse terem sido 18 botijões.

beneficiadas pelas políticas públicas nas duas primeiras décadas do século XXI. Essa parece ser também a percepção de Erinaldo, que sempre registra o papel dessas políticas no crescimento do território em que labuta.

O acesso aos recursos do PRONAF, através do BNB, desde o início do Florestan Fernandes, é uma realidade. A organização do movimento e o suporte técnico do MST possibilitaram a formulação de projetos aderentes às políticas públicas, assim como o estabelecimento de parcerias. É o caso do projeto para a construção de uma fábrica de ração para suprir a demanda dos produtores de leite da cooperativa. Esse projeto já está pronto e conta com a parceria do INCRA e da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O valor estimado é de R\$2,7 milhões, e a cooperativa se organiza para alavancar seu financiamento.

Figura 2 - Cisterna de placa na propriedade rural de Erinaldo Mesquita de Castro, em Senador Pompeu (CE).



Foto: Fernando Macedo, em 3 set. 2024.

Programas como o Luz para Todos e o Bolsa Família são mencionados pelo produtor. O programa de cisterna de placas, no entanto, é o mais lembrado por Erinaldo. As primeiras cisternas na região chegaram em 2003 para Choró, Quixadá, Quixeramobim

Banabuiú – segundo informa nosso entrevistado. Em Senador Pompeu demorou um pouco mais. *“Só que aí a gente entrou na luta, né? No movimento, com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos daqui de Senador Pompeu e aí a gente conseguiu 50 cisternas aqui pro assentamento Florestan Fernandes em 2003. Foi as primeiras cisternas que saiu a nível territorial. A gente conseguiu já essas cisternas pra nossa comunidade”*, lembra Erinaldo. De acordo com ele, com uma cisterna, uma família de cinco pessoas – sete, a depender do racionamento – pode passar abastecida por um ano inteiro de seca, com água para beber e cozinhar.

As expectativas em torno das ações estatais e suas políticas também merecem reparo do produtor. É o caso da ferrovia Transnordestina, que corta o Sertão Central. Erinaldo relata problemas advindos da obra já verificados alhures, como a passagem da ferrovia pela agrovila, dividindo-a. Todo o assentamento teria apenas uma ou no máximo duas passagens, o que prejudicaria as 49 famílias e colocaria economicamente em risco as propriedades. Os assentados já estão em contato com o INCRA e com a Transnordestina para contornar esse problema.

Lembramos que na região existem movimentos populares de resistência à ferrovia, por a considerarem prejudicial aos pequenos produtores, diretamente afetados por ela. Além disso, ela ocasiona a perda de sítios arqueológicos, que estão sendo destruídos com as obras. Apesar das dificuldades por ele mesmo apontadas, Erinaldo é otimista com a chegada dessa infraestrutura, a qual, segundo ele, pode, também, trazer benefícios para os produtores:

Mas que a Nordeste é de fundamental importância aqui para o Nordeste, principalmente aqui para nossa região aqui, para o sertão central, porque a questão do porto seco, que pode ser também aqui no sertão central ficar um porto seco. A questão da distribuição de mercadorias para diminuir aí o preço dos frete, então está se lutando aqui para o porto seco, que possa ficar aqui em Senador Pompeu, que abrange essa região aqui, principalmente aqui no sertão central. Isso para nós seria muito importante, porque aí a gente que vive da pecuária do leite, com certeza diminuiria aí o preço da ração, e aí vindo na carga, no trem, já traz mais, e aí já ficando aqui no município, já diminuiria o frete, em vez pegar em For-

taleza, em Porto Pecém. Aí, os comerciantes já pegava aqui mesmo. E aí, com certeza, saía um preço mais em conta.

Terra, trabalho e cordel

Na conversa com Erinaldo, aos poucos, sua faceta de cordelista vem à tona e seus poemas são recitados na varanda da sua casa, lidos pelo agricultor ou na tela do celular ou em cadernos que guarda com carinho num móvel da sala. Os temas dos folhetos acompanham a própria história de militância e de trabalho na terra; são representações poéticas da experiência pessoal e coletiva do agricultor, atualizando para a contemporaneidade um exercício artístico que encontramos na produção de um Patativa do Assaré, o qual, no seu tempo, falava de um sertão vocacionado para a agricultura, mas abandonado pelo Estado brasileiro, lembrado apenas em período eleitoral.

Na poesia de Erinaldo, como pudemos acompanhar neste relato, um Nordeste mais assistido por políticas públicas se desenha, mas não sob a forma de assistencialismo: faz-se necessário que os próprios trabalhadores e trabalhadoras se organizem em cooperativas, associações ou movimentos sociais, permanecendo o signo da luta coletiva como a forma de acesso mais legítima e consistente na lida com a terra.

Nesse sentido, os cadernos de Erinaldo, repletos de poesia, são verdadeiros registros das possibilidades e dos desafios dos assentamentos rurais no semiárido brasileiro, adquirem uma função de preservação da memória da comunidade, com potencial didático e pedagógico apropriado para as escolas do campo, e servem também para estreitar os laços afetivos, o que lhes confere um sentido histórico pela perspectiva dos próprios assentados. A relação de sua poesia com o trabalho e a organização coletiva promovida pelo MST é ressaltada pelo poeta. Sem isso, não teria desenvolvido o “dom de rimar dado por Deus”:

É um dom que Deus dá a gente, né? E aí como a gente era morador, e a gente num... só conhecia aqui a fazenda, num tinha a oportunidade de sair pra fora, mas no momento em que eu conheci o movimento, o MST, aí a partir que eu me ingressei na militância, que foi a partir de 2000... finalzinho de 2001 pra 2002,

eu participei de curso já do movimento, né, eu já era assentado aqui e tudo, mas fui convidado a participar dos primeiros cursos do movimento já pra mim entrar, senão... os que tava a frente já viam em mim aquele potencial de... “esse ‘caba’ dá pra trabalhar na militância”; (...) nesses cursos, várias pessoas, trabalhar temas e tudo, principalmente ficar... gostava de recitar poesia, aí a gente escutando, eu admirava demais, rapaz, que coisa bonita, aí comecei a me apropriar ali, decorando o que o “caba” ia recitando, e comecei a escrevendo também, né, e comecei a gostar, digo “rapaz, sabe que dá certo”.

O depoimento explicita que a poesia de cordel encontra suas motivações e desenvolve seus talentos quando há um ambiente social que incorpore a poesia no seu dia a dia, através de leituras coletivas, eventos sociais, festas, reuniões, comemorações e assembleias, ambiente que se coaduna com os territórios em que resiste a agricultura familiar organizada.

A visita realizada no Assentamento Florestan Fernandes dá uma dimensão precisa da interdisciplinaridade que norteia o projeto **Mapeamento dos Cordelistas do Sertão Central Cearense**. O Instituto de Economia da UNICAMP e o Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em História e Letras (PPGIHL) da FECLESC/UECE, através do GETETE e do LABSUL, com as pesquisas de campo que vêm realizando no Ceará, ao descrever situações nas quais o desenvolvimento técnico e econômico do campo apresenta de forma orgânica uma contraface cultural, marcada pelas tradições populares nordestinas, aproximam vários saberes e interlocutores de dentro e de fora da academia, conjugando em boas bases sociais as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão da universidade pública brasileira.

Figura 3 - O produtor rural Francisco Erinaldo Mesquita (dir.) e o professor Fernando Macedo (esq.)



Foto: Rodrigo Marques, em 3 set. 2024.

Encontros GETETE



Por João Paulo Constantino⁵

Não é preciso passar muito tempo caminhando por algumas das principais favelas e periferias do Brasil, ou mesmo nas enormes townships da África do Sul, para se dar conta do conteúdo profundamente racializado da distribuição do espaço urbano. As cidades capitalistas são locais onde se produzem e reproduzem diversas assimetrias, e um dos temas que tem sido cada vez mais explorado por pesquisadores das ciências sociais é a dimensão racial dessa desigualdade e seu reflexo no território. Reconhecendo os processos históricos que estruturam, tanto em países centrais quanto periféricos, a distribuição da população negra em espaços marginalizados, os estudos urbanos que se propõem a trabalhar com a categoria raça contribuem e avançam, particularmente com a literatura marxista, ao sugerir que fenômenos como o da segregação e do distanciamento residencial devam ser analisados também através da articulação entre raça e classe.

Esta foi a questão central do 46º encontro do GETETE, realizado em 20 de maio de 2024, com apresentação da palestrante Mariana Panta, da Universidade Estadual de Londrina, com o tema “População Negra e o Direito à Cidade: interfaces entre raça e espaço urbano no Brasil”. Mariana sugere, através de uma análise crítica dos estudos

⁵ Doutorando e mestre em Desenvolvimento Econômico (IE/UNICAMP).

sobre segregação urbana e seus diferentes referenciais metodológicos, a centralidade da raça como categoria analítica. Para pensar a questão racial no espaço urbano brasileiro, Mariana articula uma leitura multidisciplinar do campo da sociologia das relações étnico-raciais com o da sociologia urbana, a partir de dois eixos principais de reflexão: os processos históricos e sociais que influenciaram a formação das cidades brasileiras, especialmente entre o final do século XIX e o começo do século XX; e a segregação urbana na atualidade, que impacta fortemente a população negra no Brasil e seu direito à cidade.

Este primeiro momento, de virada de século, é importante justamente por representar um contexto de mudança social essencial, isto é, da passagem de uma sociedade escravista para uma sociedade de classes. Nestes termos, a raça se torna um “marcador social da diferença, um mecanismo de distinção social” que vai impactar particularmente o grupo negro em várias esferas da vida social. Trata-se de um período dinâmico para compreender não só as transformações econômicas e socioespaciais em curso, como a industrialização e a forte urbanização em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, mas também um momento de formação da identidade nacional, de recente abolição da escravatura e da influência de teorias racialistas vindas da Europa e dos Estados Unidos e que em muito contribuíram para os projetos de “embranquecimento” da população. Destaque, dentro destes, para os “projetos de limpeza” ou “melhoramento” das cidades e de remoção de favelas como no caso do Rio de Janeiro, “alicerçados em princípios eugenistas que, em seu resultado, empurravam para os territórios mais distantes, mais longínquos, com menor poder aquisitivo e com menor status, os grupos considerados inferiores, no caso os pobres e, sobretudo, negros”.

Mariana comenta que neste cenário de mudança social se instaura o que Lélia Gonzáles chamou de “divisão racial do espaço”, isto é, uma divisão e uma distinção nos usos da cidade e na inserção territorial de cada grupo social que pavimenta a questão da segregação urbana no Brasil. O fato de o país não possuir leis específicas de segre-

do como aquelas da Era Jim Crow, nos EUA, ou as do *Apartheid* sul-africano, fez com que por algum tempo esse debate fosse deixado em segundo plano. Isto se modifica de forma mais consistente nos anos 1990, quando se identifica no caso brasileiro uma espécie de “apartheid velado”, ou “racismo à brasileira”. Seguindo esses conceitos, “não precisam existir leis segregacionistas para existir segregação, existem várias dinâmicas de poder que segregam, e o cenário brasileiro, onde o racismo tem como pilar a ideologia do branqueamento por um lado e o mito da democracia racial, por outro, [...] servem para dar embasamento para o tipo de segregação que nós desenvolvemos aqui no país”.

O debate que se dedica a pensar a cidade a partir de seus vários “marcadores sociais”, incluindo a raça, mas não apenas, se desenvolve no Brasil a partir da década de 1990. Passeando pela literatura dos campos sociais que consideram, em maior ou menor grau, a questão étnico-racial, Mariana destaca os trabalhos que se prestaram a pensar a inserção territorial ou a segregação urbana no Brasil a partir de perspectivas interseccionais e das grandes estruturas de dominação, sejam elas o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. Aponta, nesse sentido, o pioneirismo de Carlos Hasenbalg e seu estudo mais sistemático sobre a discriminação racial no Brasil, e como esta era amplamente compatível com a nova sociedade que emergiu como sucessora da escravocrata. Mais recentemente destaca os trabalhos de Edward Telles, Raquel Rolnik, Danilo França, Maria Nilze da Silva, entre outros, que também defendem uma chave analítica que envolva não apenas elementos de classe mas também outras hierarquias e subjetividades.

Subjetividades essas que Mariana Panta destaca em sua própria tese doutoral, a partir do exercício de “pensar sobre outros prismas a história da cidade”. Tendo Londrina, no Paraná, como pano de fundo, Mariana trata do que é ser “negro morador de um território periférico, como é você ser discriminado racialmente, sofrer com os estigmas territoriais, [...] e viver permanentemente em estado de alerta pelo medo de sofrer uma violência letal, direta ou simbólica”.

A questão do direito à cidade, nestes termos, é ainda mais profunda, especialmente para grupos sociais mais vulneráveis e sujeitos a privações de todas as ordens, como moradia digna, acesso a saneamento básico, serviços públicos essenciais como transporte etc. Em um país em que mais da metade da população se considera parda ou preta, Mariana encerra sua fala relembrando dados alarmantes: 77,1% das vítimas de homicídios no Brasil são pessoas negras, de acordo com o “Atlas da Violência” de 2023, e 83,1% das vítimas de ações policiais são também pessoas negras, como mostra o “Anuário Brasileiro de Segurança Pública”. Aproximar os estudos urbanos e territoriais do campo das relações étnico-raciais é, portanto, tarefa primordial para a academia brasileira.

⁶ 55,5% da população somando as duas categorias, segundo dados do Censo 2022 do IBGE.



Por Murilo Pires⁷

O 47º Encontro do Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais – GETETE, que aconteceu em 03/06/2024, contou com a participação da professora Doutora Janete Stoffel (UFFS), que discutiu a problemática: Agropecuária no Brasil: desenvolvimento para quem?

Primeiramente, ela apresentou os problemas históricos e estruturais da agropecuária nacional, destacando que sua formação econômica é marcada por uma estrutura produtiva dual, que estabelece o convívio, no mesmo tempo e espaço, de um lado moderno, enraizado nos setores urbanos e industriais, e de um lado atrasado, ancorado no setor rural e agrícola.

Nesse sentido, o espaço da agropecuária nacional estava alicerçado no binômio latifúndio e minifúndio, que criava obstáculos para o processo de acumulação de capital, seja por causa do processo de concentração de renda e propriedade, seja pela forte dependência de produtos primários como elementos motores da dinâmica econômica nacional.

Dessa forma, a estrutura da agropecuária nacional estava condicionada por uma dinâmica em que produtos primários eram responsáveis pelo carregamento de moedas fortes para o país, porém com dependência na importação de produtos com maior valor agregado para abastecimento do mercado interno. No longo prazo, essas distorções nos termos de troca poderiam criar entraves para o processo de industrialização e urbanização nacional.

⁷ Professor do Mestrado e Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA. Doutor e mestre em desenvolvimento econômico (IE/UNICAMP).

Para avançar no processo de transformação das estruturas da agropecuária nacional (1965 – 1985), as elites nacionais optaram por um pacto político, no qual o processo de modernização da agropecuária se objetivaria através do uso crescente de inovações tecnológicas, enraizadas na Revolução Verde, porém sem grandes transformações na estrutura fundiária nacional. Ou seja, houve uma clara opção pela não realização de reforma agrária como meio e instrumento de distribuição de renda no meio rural.

Isso significou a exclusão dos sindicatos e representações de trabalhadores e dos produtores familiares do projeto de modernização da estrutura da agropecuária nacional. Sendo assim, o Estatuto da Terra (1964) optou por incentivos fiscais e creditícios como meios para acelerar o processo de transformação produtiva da agropecuária nacional, porém enraizados em médias e grandes propriedades rurais. Além disso, a constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural, bem como das Políticas de Garantia de Preços e Estoques Reguladores, tiveram um papel central nesse processo de modernização da agropecuária nacional.

Esses avanços promovidos pelo Estado para a transformação da estrutura produtiva da agropecuária nacional, guiados pela Revolução Verde, ganharam força e expressão até os anos 1980, quando a crise fiscal e financeira do Estado nacional reduziu a participação do Estado como instrumento de modernização da agropecuária nacional.

Desse modo, os vetores da transformação da estrutura produtiva da agropecuária, que estavam estabelecidos na indução do Estado, com sua crise fiscal e financeira, foram substituídos pelos estímulos dos mercados, em especial dos mercados internacionais. É nesse momento de quebra estrutural que os caminhos do agronegócio se estabelecem e ganham fortes impulsos no processo de acumulação de capital da agropecuária nacional.

Essa estratégia foi funcional no processo de estabilização macroeconômica, pois a especialização na produção de culturas de base exportadora (commodities agrícolas) teve um papel singular para a geração de divisas em moeda forte, que foi fundamental para os superávits da balança comercial brasileira com o resto do mundo.

Assim sendo, culturas como a soja, milho, cana-de-açúcar, carnes bovinas, suínas e aves, e celulose de madeira tornaram-se os principais produtos de exportação nacional. No entanto, esse processo de modernização das estruturas produtivas da agropecuária nacional, por ser intensivo em capital, também é poupador de mão-de-obra. Isso significa que os empregos no meio rural nacional foram perdendo participação no contexto do emprego urbano e industrial.

Além disso, houve um rebaixamento na taxa de salários dos trabalhadores rurais, de tal forma que se observou uma superexploração do trabalho. Sem falar também na superexploração dos recursos naturais, especialmente pelo uso crescente de agrotóxicos e avanços de culturas e pastagens em áreas de reserva legal e áreas de preservação permanente.

Desse modo, o modelo de desenvolvimento da agropecuária nacional vem, cada vez mais, se especializando em commodities agropecuárias, as quais são responsáveis pelos crescentes superávits comerciais brasileiros. No entanto, esse estilo de desenvolvimento tem causado sérios impactos negativos no emprego e renda dos trabalhadores rurais, bem como para o meio ambiente.



Por Daniel Pereira Sampaio⁸

Uma das questões do capitalismo brasileiro, que ganha novas feições na conjuntura atual, são os sucessivos avanços na exploração dos territórios, numa busca desenfreada por bens intensivos em recursos naturais visando a expansão do lucro. Assim é com o agronegócio, com a exploração de minerais da transição energética, e, também, com outras explorações extrativas, como minerais metálicos, não-metálicos, e, principalmente, o petróleo.

David Harvey, em “O novo imperialismo”, já havia chamado a atenção para a importância do petróleo na geopolítica global. Em que pesem os movimentos de transição energética, o petróleo ainda é uma fonte de energia relevante e que mobiliza a geopolítica global. Mais recentemente, a guerra entre Rússia e Ucrânia traz novos elementos sobre a geopolítica do petróleo, tendo em vista que a Rússia é fornecedor de gás para boa parte da Europa. A América Latina, com destaque para Brasil e Venezuela, não foge à geopolítica internacional do petróleo. A descoberta do “pré-sal”, no início do século XXI, no Brasil suscitou o interesse do capital estrangeiro, desmobilizando, ao menos em parte, o monopólio estatal em um setor estratégico.

É nesse contexto interno e externo que se insere a discussão da possibilidade de exploração do petróleo na Margem Equatorial. Situada na região Norte do país, ela inicia na fronteira da Guiana e Suriname e passa por Amapá, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, e

⁸ Professor do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (PP-GPS/UFES). Doutor e mestre em Desenvolvimento Econômico (IE/UNICAMP).

Rio Grande do Norte. No período de 2024 a 2028 estão previstos investimentos de mais de US\$ 3,1 bilhões, com perfuração de 16 poços. Trata-se de um dos maiores investimentos da Petrobrás para o período.

Para tratar desta questão, Danilo Severian (membro do GETETE/CEDE, Doutorando em Desenvolvimento Econômico na UNICAMP e técnico da CNI) apresentou no dia 01 de julho de 2024 o seminário intitulado “Transição Energética e Margem Equatorial Brasileira: Contextualização do debate”. Mobilizando pesquisadores de diversas regiões do país, o XLVIII Encontro do GETETE, em formato remoto, propiciou um conjunto de reflexões críticas sobre o processo de exploração econômica extrativa na Amazônia brasileira.

Por um lado, pesa na balança vultosos valores, como os impactos sobre o crescimento do PIB, da elevação do investimento, da geração de emprego e renda, da arrecadação tributária, dos encadeamentos produtivos, entre outros. Mecanismos de governança e maior controle social se somam às promessas anteriores como elementos que buscam minimizar os impactos sociais e ambientais. Uma oportunidade que o governo não pode abrir mão em vista dos objetivos da nova política industrial, mas, sobretudo como uma questão de interesse nacional, especialmente na parte energética.

Por outro lado, historicamente, a indústria extrativa no Brasil tem trazido um conjunto de preocupações para a reprodução social nos territórios-alvo da exploração. É possível observar, o movimento de “expulsões”⁹ de populações dos territórios impactados pelo capital extrativista. É o exemplo dos atingidos pelo desastre ambiental da Samarco em Mariana/MG, bem como da exploração do sal-gema em Maceió, ou até mesmo do lítio no Vale do Jequitinhonha. Não se trata só de impactos sociais relevantes, mas também ambientais, com destruição dos biomas locais e transformação da paisagem. Em suma, o sacrifício da população e dos territórios em prol do avanço das forças produtivas.

Contudo, ainda falta um projeto nacional de desenvolvimento, especialmente atualizado para as necessidades do século XXI. Que venham os próximos debates!

⁹ Em referência à categoria desenvolvida por Saskia Sassen.



Por Isabella de Oliveira Walter¹⁰

No retorno das atividades do segundo semestre de 2024 o GETETE recebeu Diego Ortiz (MAB) para debater sobre o tema “Mineração e a luta das populações atingidas da bacia do rio Doce e Litoral Capixaba: a busca por direitos das atingidas e atingidos por barragens”. O debate foi centrado no tema dos desastres ambientais produzidos pela indústria extrativa mineral e a lógica da gestão privada sobre os processos de reparação. Teve como proposta a análise o caso do rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da joint venture Samarco, em 2015, que atingiu em torno de 47 municípios pela bacia do rio Doce, deixando um rastro de destruição. A apresentação foi estruturada em duas partes, sendo inicialmente uma apresentação com um retrospecto histórico do crime e caracterização dos impactos e posteriormente com análise da conjuntura atual a partir da perspectiva do Movimento dos Atingidos por Barragem.

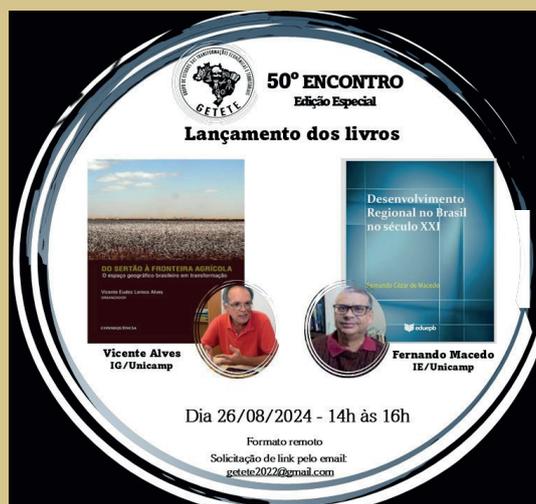
Diego destacou a disputa em torno do conceito de atingido, reforçando a importância de compreender o conceito para além de concepções patrimonialistas, hídricas e territorialistas, sendo necessário compreender que está se discutindo acerca do reconhecimento e legitimação de direitos. O palestrante destacou a importância de compreender que o desastre implica em um processo de mudança social com inúmeras dimensões. Ademais, durante a caracterização dos impactos produzidos pelo desastre foi explorada a diversidade das populações atingidas, que abrangem comunidades ri-

¹⁰ Arquiteta e Urbanista e mestranda em Planejamento Urbano e Regional pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP).

beirinhas, agricultores (categorias produtivos), povos e comunidades tradicionais e atingidos urbanos (menos discutidos).

Posteriormente, foi apresentado a lógica privada adotada para o processo de reparação dos danos causados pelo desastre, reforçando a ausência de participação da população atingida nas instâncias decisórias e como esse modelo de gestão está sendo reproduzido pelo Brasil, principalmente diante dos efeitos das mudanças climáticas, como no caso das inundações no Rio Grande do Sul em 2024. Destacou-se a negligência das grandes corporações que atuam priorizando os lucros e dividendos, a partir de políticas de maximização do lucro e que resultam em desastres como rompimento de barragens. Além disso, o gerenciamento dos desastres tem implicado na mobilização de dispositivos, como mesas de negociação e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) que se realizam em detrimento aos espaços participativos. Estes dispositivos possibilitam a criação de instituições como a Fundação Renova, que atuam como o braço das empresas responsáveis pelo crime sobre a reparação e que, longe de apresentar soluções efetivas para a reparação, ampliam o controle territorial da indústria extrativa e a captura dos governos estaduais e municipais.

O palestrante também destacou que o desastre-crime não é um evento isolado ou excepcional, e que na verdade ele acirra os problemas e conflitos sociais já existentes no território, principalmente em regiões que abrigam atividades como a mineração. Após nove anos no rompimento da barragem, o estágio atual é marcado por uma re-ofensiva das empresas com a possibilidade de fechamento de novo acordo extrajudicial com o Estado, sem participação e com valores rebaixados para a reparação.



Por Guilherme Lopes¹¹

No dia 26/08/2024, o Grupo de Estudos sobre as Transformações Econômicas e Territoriais (GETETE) celebrou seu 50º encontro. Em tom nostálgico, o encontro foi coordenado pela mestrandia em desenvolvimento econômico Jennifer Silva, cujas discussões sobre sua pesquisa nos idos de 2017 representaram os primeiros encontros do grupo de estudos, até então orientado para discutir as questões (históricas e atuais) do Nordeste.

Para comemorar a efeméride foi realizado o lançamento dos livros daqueles que são os pilares do GETETE, nosso coordenador, o prof. Fernando Macedo, com sua nova obra, “Desenvolvimento Regional no Brasil no século XXI”, fruto de longos anos de pesquisa na área regional; e o prof. do Instituto de Geografia da UNICAMP, Vicente Alves, que organizou o livro “Do Sertão à Fronteira Agrícola: O espaço geográfico brasileiro em transformação”.

O livro do professor Fernando lança reflexões teóricas e os desafios da articulação produtiva regional brasileira no atual ciclo de acumulação de capital. Os novos vetores do desenvolvimento regional no século XXI são frutos das contradições de uma economia (re)orientada para atender a demanda externa. A análise sobre as regiões brasileiras expõe as debilidades desse modelo seletivo, excludente e desigual.

A obra do professor Vicente explora as contradições e transformações do território sertanejo pela inserção da região na fronteira agrícola de grãos e fibras. Antiga área de

¹¹ Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Doutor em Desenvolvimento Econômico (CEDE/IE/UNICAMP).

ocupação, o sertão passa por momento de profunda mudança com a vinda de grupos empresariais de grande porte da moderna agroindústria, que realizam a correção do solo para o cultivo de culturas agrícolas de maior rentabilidade. As novas estruturas de produção reproduzem velhas formas de concentração. O espaço, a economia e a sociabilidade sertanejada em reestruturação para atender às demandas do capital exportador.

Em tom crítico, as apresentações colocaram em debate a perspectiva da economia e sociedade brasileira sob a égide de grandes grupos nacionais e multinacionais exportadoras. Ainda que a mensagem tenha sido dura, necessária e clara, o lançamento dos livros foi permeado por um ambiente de comunhão e desconcentração, como já é costumeiro, pela comemoração do quinquagésimo encontro.

Por fim, após a apresentação inicial dos autores, se seguiu intenso debate entre os participantes da reunião. O tempo regulamentar mais os acréscimos foram poucos para as discussões dessa 50ª reunião. Ficou o desejo de mais 50, 100, 500 encontros...

Vida longa ao GETETE!



Por Valdeir de Oliveira Prestes¹²

O 51º encontro do GETETE ocorreu no dia 09 de setembro de 2024, de forma online, com início às 14 horas por meio do google meet. O tema central foi a análise e reflexão sobre o texto da doutoranda e Prof^a Elen Pessôa (IE-UNICAMP/UFOPA), com o seguinte título: “A Fronteira de Commodities na Amazônia (2000-2022): As Mudanças das Relações Rural-Urbanas na Região Metropolitana de Santarém-PA”.

O trabalho apresentado faz parte dos primeiros resultados da tese da autora na área de concentração de desenvolvimento regional e urbano, na qual ela investiga a relação urbano-rural para entender as modificações causadas pela expansão da soja. Uma síntese objetiva do texto revela como o capital de características agroexportador e seus vestígios históricos estão presentes na região, violando os direitos dos povos locais e negando-lhes a terra em prol do avanço dos complexos dos agronegócios do tempo dito moderno no Brasil.

Durante o encontro, a explanação demonstrou como a expansão da soja na região de Santarém tem operado bem como as contradições geradas por esse processo de estruturação e formação de um circuito espacial produtivo específico, definido pela autora como cadeia produtiva.

O texto apresentado no encontro teve como objetivo compreender as transformações rural-urbanas na Região Metropolitana de Santarém, no Estado do Pará, provocadas por esse fenômeno da soja, destacando semelhanças e diferenças nas formas

¹² Doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP).

e conteúdo que estão sendo formados na região investigada. Eventos globais, como a crescente demanda da China por soja, impactam diretamente a vida das pessoas, sobretudo em termos de criação de projetos portuários. Em leitura feita ao ouvir, a explanação revelou que as dinâmicas de uso do território pelo sistema agroexportador refletem sobre a configuração dos objetos e ações no espaço geográfico. A disputa, portanto, é pelo **valor de uso** do território, não pelo território em si, principalmente devido a um sistema de ações políticas ancorado no Estado brasileiro, que subsidia tanto a moeda de troca quanto a infraestrutura para permitir a circulação do capital. Também foi mencionado que, nas correlações de forças, há organizações locais que buscam amenizar as disputas na Região Metropolitana de Santarém, como o movimento Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

Cabe destacar pontos importantes sobre o tema: 1) a autora está inserida em seu objeto de análise e realizou um extenso trabalho de campo, permitindo uma percepção mais aprofundada do cotidiano dos viventes na região e as suas paisagens urbana e rural. 2) o recorte temporal da pesquisa, entre 2000 e 2022, é adequado para entender o processo de extrativismo que ocorre na Região Metropolitana de Santarém, um lugar vivo de disputa pelo uso do território de interesse também das *tradings globais*. Esse período coincide com o boom das *commodities* no Brasil, em que a soja se ancora como o principal produto de exportação. Contudo, é importante pensar que, onde há boom das *commodities*, também há processo da financeirização, pois o preço da soja é ancorado no câmbio e oscila conforme as reestruturações políticas e econômicas globais, à medida que novas fronteiras de commodities são buscadas para alimentar a liquidez do capital. Por isso, criam-se fronteiras.

Por outro lado, em termos de método, há uma limitação no texto para explicar o que são essas temporalidades e territorialidades, termos citados tanto na apresentação quanto no texto. Em que o primeiro, só se faz possível compreendendo a totalidade em movimento, estudando processos e movimentos da História, por isso a periodização nos

nos permite chegar um pouco mais perto da realidade intangível. Pois, há outras formas da escolha temporal, ou seja, entender as verticalidades e as horizontalidades, o ponto do seu encontro, como, projetos de leis, para construir uma temporalização da configuração territorial que se trata no trabalho, por isso além do tempo busca-se o espaço. Enquanto em segundo momento, o termo **territorialidades** é muito usado na atualidade, sobretudo no avanço do neoliberalismo, contudo, precisa ser visto e revisto sobre como serve para entender a realidade a partir da qual sai o conceito e não ao contrário. Dizem os linguísticos, que é um pecado, porque, o sufixo “ade”, desconstrói o que se conhece como concreto e leva o sufixo no abstrato, em consideração. Ou seja, não se trata de “controle do espaço” ou “territorialidades”, pois o sufixo é abstrato (assim como o espaço), enquanto o uso é concreto – por isso há Movimento Sem Terra – MST, por exemplo. Queremos as nossas terras!

Diante da discussão do encontro, foi observado que há uma força centrífuga do capital específico da soja, que retira a renda do lugar e a direciona para outros destinos de interesse. Nesse caminho, segundo Fernando Macedo salientou que o aumento do PIB provocado pela soja, por exemplo, não é sinônimo de resultados qualitativos ou substanciais para a renda dos habitantes desse lugar, sendo que a renda gerada a partir das exportações se mantém concentrada. Portanto, é um tema que poderia ter atenção no trabalho.

Isso posto, com o tempo acelerado em que vivemos junto ao tempo lento do mundo empobrecido, as desigualdades e segregações socioespaciais continuam a se aprofundar, como na região em questão. O “moderno” e o “novo” podem ser apresentados nas formas do capital, mantendo uma estrutura antiga de expropriação, violência, morte e colonização da Amazônia, como do período do capital mercantil, como mencionado no início. Esses efeitos são agonizantes, sobretudo em um momento em que o Brasil enfrenta as constantes queimadas, enquanto a inércia se mantém devido à estrutura de poder econômico e político, que impede as reais transformações sociais que queremos ao engessar a base social.

A questão central pensada: o problema não é a planta em si - a soja - mas como ela está sendo operacionalizada no uso do território como mercadoria, criando um conflito entre o uso passado - território usado - e presente - o uso do território - e evidenciando uma disputa constante sobre o que o futuro reserva? Ainda, pergunta-se: realmente, há uma racionalidade capitalista como mencionado nas considerações finais do texto sendo que existe uma alienação no modo de produção?

Por fim, a discussão e debates foram encerrados no horário previsto, por volta das 15h30min, com duração de aproximadamente duas horas o encontro.

Crônica Regional



Prof. Dr. Rodrigo de Albuquerque Marques

Rodrigo Marques Professor da Universidade Estadual do Ceará, atua no curso de Letras do Campus de Quixadá (FECLESC). Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Ceará (2015) e Pós Doutor em Literatura Comparada pela USP. Editor da Aluá Edições. Possui sete livros publicados entre obras de literatura e teoria literária. Coordena o projeto mapeamento dos Cordelistas do sertão Central Cearense. E-mail: rodrigo.marques@uece.br .

Pelas veredas da arte: política e meio ambiente

Há cerca de um mês e pouco, ao longo da “Estrada do Algodão”, que liga Fortaleza ao Sertão Central Cearense, ao Centro Sul e à região do Cariri, vi no céu, geralmente extremamente azul e limpo, uma nuvem esquisita, cor de barro, cobrir todo o trajeto quando viajava para o lançamento do meu livro *Pôr do Sol, Jangurussu* (Aluá, 2024), de Quixadá a Fortaleza.

No Ceará, quando o céu amanhece tomado de nuvens, costumamos dizer que o clima está bonito, bonito para chover. Na verdade, naquele dia o Sol estava encoberto pela fumaça das queimadas no Brasil e na África e não havia expectativa de chuva, a cidade de Fortaleza, tão conhecida pela sua intensa luminosidade, parecia coberta por um filtro marrom. Isso me lembrou quando estive em São Paulo, há cinco anos, no meu pós-doutorado na USP, já para chegar no Instituto de Estudos Brasileiros, onde realizava pesquisa, olhei para o céu e senti uma nuvem escura densa pairar como num filme de terror, estacionada, apagando ainda mais a capital paulista, era o horror das queimadas.

A campanha eleitoral em curso no país, apesar do rebaixamento do debate público, abre uma janela para pensarmos o tecido urbano do país e para também, pelo menos para quem ainda consegue imaginar algo diferente, projetar uma cidade respirável, mesmo que a realidade climática e social do mundo contemporâneo caminhe no sentido oposto, no sentido da distopia.

Fortaleza, Quixadá e São Paulo, cada qual com sua proporção, vivem o mesmo processo histórico, um mesmo regime de trabalho, produção e distribuição de riquezas. No fundo, são as mesmas cidades. O debate político da sucessão do executivo e do legislativo local em relação ao tema denominado genericamente como “meio ambiente”, para além do discurso de arborização, cidade sustentável, descarbonização, saneamento básico etc, deveria urgentemente considerar a integração regional, a integração cidade e campo e os sentidos históricos, na ordem capitalista, da pólis.

Os pequenos distritos, as pequenas vilas, as comunidades rurais, os assentamentos, os latifúndios, as áreas destinadas à criação de proteína animal, à agricultura de exportação são temas urbanos, e a recíproca também é verdadeira, ou seja, o debate, por exemplo, da segurança pública ou da frota de carros elétricos e outras promessas tecnológicas contra o desastre ambiental nos grandes centros urbanos são temas da zona rural.

Neste sentido, a cultura, que geralmente aparece nas campanhas eleitorais e nas políticas públicas como sinônimo de “arte”, materializada em centros culturais, teatros, editais de fomento, festas, espetáculos, shows, museus, pode comunicar os caminhos para aquela integração campo/ cidade. Falo, por exemplo, das batalhas de rimas das periferias das grandes cidades e das modalidades poéticas improvisadas das zonas rurais brasileiras; ou das feiras livres que trazem a produção agrícola e a culinária do campo para os centros e bairros; falo também dos produtos orgânicos vendidos pelo MST em shoppings, lojas e feiras, ou ainda das pequenas editoras, das experiências como as edições cartoneiras e a editoração de folhetos de cordel.

Afinal, são nestas veredas no campo da arte e da criação, onde o Brasil rural e urbano se encontram da maneira mais feliz e produtiva, que deposita um resto de sonho e utopia e nelas, quem sabe, transitem relações políticas, sociais e compromissos éticos que possam garantir um dia bonito, com chuva ou sem chuva, para paulistas e cearenses que acabaram de nascer ou que ainda têm muita estrada pela frente.

Extensionando



Erica Martini Tonetto

Erica Martini Tonetto é graduada em Física pela Unesp - Rio Claro; mestrado e doutorado em Geociências e Meio Ambiente Unesp - Rio Claro. Técnica de nível superior no IG-Unicamp (laboratório de microscopia eletrônica de varredura)



Carolina Gasetta

Bacharel em Administração e Políticas Públicas e Mestra em Administração pela FCA-Unicamp. Tem mais de 10 anos de experiência como servidora pública na Unicamp.

O Geoclube de leitura

A extensão visa levar à sociedade os conhecimentos e recursos produzidos dentro das universidades e receber dos grupos sociais saberes e conhecimentos que lhes são próprios. Essa interação horizontalizada objetiva promover benefícios mútuos entre os envolvidos.

As atividades de extensão vêm ganhando espaço nas instituições de ensino superior do Brasil, especialmente com a obrigatoriedade delas nas grades curriculares dos cursos de graduação, como determina a resolução nº 7 do Conselho Nacional de Educação, de 18 de dezembro de 2018.

As ações extensionistas cresceram desde então. Aumentaram os recursos para a extensão e, por consequência, o número de projetos de professores e estudantes que buscam ampliar a atuação das universidades para além de seus muros. Com isso, crescem as experiências exitosas de aproximação da academia com seu meio circundante.

A extensão universitária contempla uma gama quase ilimitada de ações, o que possibilita o engajamento de pessoas com diferentes saberes e formações e uma valorização da diversidade em suas múltiplas dimensões. Tornou-se corriqueiro encontrarmos ações extensionistas com proposição, execução e participação ativa de servidores das universidades, e não apenas de estudantes e docentes como comumente se imagina. É o caso do projeto “Geoclube de Leitura”, proposto e executado pelas servidoras do Instituto de Geociências da Unicamp (IG/UNICAMP), Carolina Gasetta e Erica Martini Tonetto. Para conhecer melhor essa experiência, o Informativo Getete convidou as duas para um bate-papo sobre esse projeto.

O que é o Geoclube de Leitura? Como surgiu a ideia do projeto?

Erica: Primeiramente quero agradecer ao professor Fernando e ao GETETE pelo convite para essa entrevista e também à Carol pelo companheirismo nesse projeto. O Geoclube de Leitura é uma atividade de extensão no âmbito do Instituto de Geociências (IG). Trata-se de um clube de leitura que, por acontecer no IG, seleciona para trabalhar durante seis meses obras literárias com temas transversais em Geociências.

O objetivo é difundir essa área de conhecimento entre a comunidade externa ao IG e à Unicamp. A ideia de um clube de leitura surgiu quando descobrimos uma paixão comum entre nós que é a literatura. Em 2023 submetemos um primeiro projeto, a partir das críticas e sugestões do revisor e da Profa. Carolina Zabini (coordenadora de extensão) nosso projeto inicial evoluiu para o que hoje é o Geoclube.

Carolina: Quero enfatizar os agradecimentos da Erica ao GETETE, Prof. Fernando e à nossa parceria. Acrescento que, além de um projeto de extensão, o Geoclube de Leitura é uma forma de conexão entre as mediadoras e os integrantes. Além da comunidade interna ao Instituto, pretendemos atingir leitores externos para maior divulgação da temática geográfica e geológica.

O Geoclube, em resumo, é um grupo de pessoas que se reúnem para discutir um livro

dentro do período de tempo definido. Os encontros são uma oportunidade para trocar ideias, compartilhar pontos de vista, debater temas abordados e explorar diferentes interpretações. Além de promover a leitura, pretendemos desenvolver habilidades críticas e oferecer um ambiente para a socialização e construção de comunidade em torno da literatura relacionada às Geociências.

Como é o processo de escolha das obras a serem lidas e discutidas? Como se dá essa discussão? Como se dá essa discussão?

Erica: Nas duas edições a escolha das obras aconteceu de maneira diferente. Em 2023, selecionamos o livro Parque dos Dinossauros que tinha apelo comercial, devido ao filme que foi um grande sucesso. Nossa ideia era atrair leitores por conta da repercussão do filme.

Na segunda edição decidimos fazer por votação, selecionamos nove obras com temas transversais em geociências e os interessados votaram em obras que fossem de seu interesse, a obra mais votada foi selecionada.

Hoje, avaliamos que votação com muitas opções não é uma boa ideia, pois, com a divisão dos votos, muitos inscritos desistiram de participar quando sua escolha não foi contemplada. Também concluímos que um cronograma com maior acompanhamento da leitura é interessante para fomentar a participação no clube.

A grande diminuição no número de participantes ao longo da leitura da obra escolhida na última edição foi muito frustrante para as mediadoras. Para a próxima edição ainda estamos elaborando como será a escolha do livro.

Como é o processo de escolha das obras a serem lidas e discutidas? Como se dá essa discussão? Como se dá essa discussão?

Erica: Minha expectativa era de maior número de participantes, confesso que fico um pouco desanimada após o período de inscrições. Nos projetos sempre procuramos propor números baixos de participantes para viabilizar com os recursos que dispomos, en-

tretanto, minha expectativa é sempre de que mais pessoas se interessem. Na proposta da última edição trabalhamos com o número de 10-15 inscrições, tivemos o interesse de 45 pessoas no total votando nas obras literárias, ao final o grupo acabou fechado com 13 pessoas que votaram em Vidas Secas. Com esse número atingimos o estimado na proposta, mas gostaria que todos os inscritos tivessem participado.

Carolina: Por se tratar de um projeto novo, avalio a recepção e a participação adequadas à proposta de extensão. Houve participação e engajamento conforme o esperado e os feedbacks recebidos ofereceram informações sobre o que os membros apreciam no clube e o que pode ser melhorado.

Para as próximas edições podemos propor indicadores qualitativos e quantitativos para avaliar a recepção na comunidade acadêmica, tais como:

- Avaliar como o Geoclube contribui para os objetivos educacionais e de desenvolvimento de habilidades, como criatividade, comunicação, argumentação, e integração de conceitos geográficos e geológicos;
- Avaliar a diversidade de participantes em termos de cursos, anos de estudo, ou até mesmo áreas de interesse dentro das geociências;
- Avaliar se o clube atrai o interesse de professores, pesquisadores e recebe apoio institucional;
- Observar o crescimento ou a estabilidade do clube ao longo do tempo.

A primeira fase desse projeto ainda ficou muito dentro da universidade. Como vocês pensam em levar essa experiência para a sociedade?

Erica: Não. Não acho que há incentivo nem aos servidores para apresentar ou participar nos projetos contemplados. O IG tem um edital de financiamento de projetos de extensão, o Geoclube em sua primeira edição sequer foi contemplado com recursos financeiros; na segunda edição foi o projeto de menor valor; apesar de termos solicitado valor mais alto justificando as despesas com a participação de convidados, foi cortado. Além disso, trata-se de um clube de leitura e, nas duas edições fomos desestimuladas a gas-

tar dinheiro com livros, pois as bibliotecas não têm mais espaço para abrigar as obras. O corpo técnico e administrativo tem grande impacto em todas as atividades nas unidades de ensino e pesquisa; nas atividades de extensão não é diferente. Acredito que temos muito a acrescentar às expertises dos docentes na extensão universitária. Incluir os profissionais da carreira PAEPE nessa atividade é uma oportunidade para demonstrarmos nossas competências em mais uma das atividades do tripé ensino, pesquisa e extensão.

Carolina: Acredito que existem esforços para estimular a participação dos servidores nos projetos de extensão, porém, vejo que ainda há oportunidades para fortalecer esse incentivo. Iniciativas que promovam maior conscientização sobre a importância das atividades extensionistas e que facilitem o envolvimento dos servidores podem ser muito valiosas. Além disso, programas de capacitação e reconhecimento poderiam aumentar ainda mais o engajamento e a integração dos servidores nessas atividades.

O quadro técnico possui um potencial significativo para contribuir nas atividades extensionistas, trazendo sua expertise e experiência prática que são essenciais para a implementação e o sucesso dos projetos. Envolver os servidores em fases como planejamento, execução e avaliação das ações extensionistas não apenas valoriza suas competências, mas também fortalece a conexão entre as diferentes áreas da instituição, tornando os projetos mais completos e alinhados com as necessidades reais da comunidade.

E considerando o sucesso da leitura e posterior discussão sobre a obra de *Vidas Secas* (Graciliano Ramos), quais as expectativas para as próximas obras e encontros?

Erica: Pessoalmente, ainda estou em processo de avaliação do sucesso do Geoclube. Sem dúvida o evento de encerramento foi excelente e com grande participação de servidores e alunos, mas de acordo com nossa pesquisa de satisfação mais da metade do público do evento (56,3%) não participou do Geoclube lendo *Vidas Secas*. No entanto,

após o encontro de encerramento, a mesma pesquisa apurou que 100% do público se interessam ou talvez interessem em participar de uma nova edição. Esse retorno da pesquisa me anima para a submissão de nova proposta em 2025.

Carolina: Como bem ressaltado pela Erica, o evento de encerramento foi inovador e um grande sucesso. Considerando a discussão de *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, que foi muito enriquecedora e envolveu uma troca profunda de ideias, as expectativas para as próximas obras e encontros são bastante promissoras. Esperamos continuar a explorar obras que não apenas desafiem e inspirem os participantes, mas também ampliem nossos horizontes literários e críticos.

Estamos ansiosas para manter o alto nível de engajamento, promover discussões ainda mais dinâmicas e diversificadas, e explorar temas que conectem a literatura com questões geográficas e sociais relevantes. Além disso, esperamos que o entusiasmo gerado pelo encontro anterior atraia novos membros, fomente a leitura da obra selecionada e contribua para fortalecer a comunidade em torno do Geoclube de Leitura.

Iniciação à Pesquisa

Impactos da Lei da Sociedade Anônima do Futebol no Brasil



Pedro de Oliveira Stella

Aluno concluinte de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP). O texto abaixo traz uma reflexão do que está sendo desenvolvido em seu trabalho de monografia, sob orientação dos professores Marcelo Weishaupt Proni e Railene de Souza Veloso.

Futebol-empresa é um termo que remete ao processo de alteração radical sofrida nos grandes centros do futebol profissional desde o final do século XX, e que se caracteriza pela adoção de métodos de gestão puramente racional e empresarial nos clubes e federações de futebol. Esse processo se aprofundou com a adoção de um novo modelo de propriedade jurídica dos clubes e de um aparato legal adequado para oferecer um ambiente favorável ao desenvolvimento da indústria do futebol, levando em conta as especificidades desse ramo de negócio em cada país.

No Brasil, o desenvolvimento do futebol-empresa iniciou-se na década de 1980 com a adoção da gestão racional econômica em grandes clubes como uma solução para a instabilidade financeira e para o *gap* financeiro crescente em relação aos principais centros futebolísticos europeus. Naquele período, o foco era a ampliação das receitas por meio da liberalização de patrocínios nos uniformes, da venda dos direitos de transmissão dos torneios e do uso de marketing para explorar a relação entre os clubes de futebol e seus torcedores.

A regulamentação do futebol-empresa teve início com a Lei Zico (1993) e avançou com a Lei Pelé (1998), que tinha como exigência a transformação jurídica dos clubes de uma “associação civil sem fins lucrativos” para uma “sociedade civil de fins lucrativos” ou “sociedade comercial”, buscando induzir um movimento que direcionasse ao “clube-

empresa” e a uma gestão financeira responsável. Tal exigência enfrentou resistência e questionamento da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e das principais equipes nacionais, que resultou em uma alteração de dispositivos da lei, em que se destaca a transformação facultativa nesse modelo jurídico. Porém, apesar do novo modelo de gestão, da robusta legislação e das estratégias de marketing, o futebol-empresa nacional não alcançou os patamares esperados de faturamento e competitividade na comparação com as principais ligas europeias.

Importante frisar que a transição para o futebol-empresa foi um agravante no diferencial de poder econômico entre clubes da elite e os demais clubes nacionais. Aqueles que aderiram primeiro à modernização ou possuíam maior número de torcedores saltaram à frente, consolidando um distanciamento crescente em relação aos que não possuíam as mesmas condições de elevar suas receitas.

Ao analisar a estrutura de mercado do futebol no Brasil, pode-se observar duas características essenciais: a sua segmentação, visto que os clubes são hierarquizados por competições em níveis de diferentes alcances; e sua concentração de mercado, em que se observa que os clubes da elite nacional concentram mais de 80% das receitas. Posto isso, a progressiva consolidação do futebol-empresa ocasionou, ao longo do tempo, uma melhor organização dos torneios e uma diversificação das fontes de receitas dos clubes da elite nacional. Entretanto, a concentração de poder econômico aumentou, estabelecendo uma maior e duradoura assimetria na competitividade esportiva e desequilibrando os torneios. Isso fez os clubes expandirem suas despesas para seguir competindo no maior grau de competitividade nacional, acarretando desequilíbrios financeiros e aumentos seguidos no nível de endividamento. Esse quadro preocupante levou o governo federal a tomar medidas para solucionar as dívidas dos clubes com a União, induzir um equacionamento de dívidas e exigir responsabilidade na gestão financeira. Nesse sentido, surgiram os programas Timemania (2008) e Profut (2015), mas essas intervenções não atingiram o sucesso esperado.

O estudo que está sendo desenvolvido busca (i) analisar o desempenho econômico-financeiro dos clubes da elite nacional no período 2015-2023 (após a implementação do Profut) e (ii) avaliar os impactos iniciais de um marco legislativo inovador: a Lei da Sociedade Anônima do Futebol (SAF). Aprovada em 2021, a SAF surgiu com a promessa de ser o arcabouço legal para inaugurar uma nova era do futebol brasileiro e foi concebida como a única saída para a recuperação financeira (e esportiva) de clubes que perderam a capacidade de competir no topo das competições nacionais em decorrência de recorrentes desequilíbrios financeiros.

Em linhas gerais, a nova lei estabelece um novo modelo societário para clubes de futebol, possibilitando a criação de uma nova entidade jurídica (uma SAF) e dando segurança jurídica para grupos econômicos interessados em investir na promissora indústria do futebol brasileiro. Seu principal atrativo se encontra no regime tributário, que equipara a SAF com o clube de futebol original, ou seja, iguala as obrigações e isenções, o que é um incentivo à sua adoção. Outro aspecto fundamental é que as SAFs estão sujeitas a normas de constituição, controle e transparência, que visam melhorar o aspecto da governança corporativa dos clubes e estabelecer critérios de refinanciamento das dívidas e dos passivos das associações.

O estudo ainda se dispõe a fazer um exame detalhado de quatro casos pioneiros: Botafogo, Vasco, Cruzeiro e Bahia. Os três primeiros sob a lógica de uma dívida insustentável e impagável que resultou na perda de competitividade; o último sob a lógica de aderir a um conglomerado financeiro, fenômeno chamado de *multi-club ownerships* (MCO), para atingir um patamar de competitividade desportiva novo para o clube.

Em suma, será avaliado se melhorou o desempenho financeiro dos clubes que aderiram à Lei da SAF e se já é possível perceber algum impacto estrutural na indústria do futebol no país, nos primeiros anos de sua implementação. A intenção é provocar reflexões sobre os possíveis caminhos e desafios que virão nessa “nova era”. Para tal, é fundamental entender os antecedentes históricos que formaram os mercados que com-

põem a indústria do futebol no Brasil, em especial, analisando estratégias adotadas por clubes da elite nacional na última década para manter ou alcançar um determinado nível de competitividade esportiva e financeira. Além disso, é crucial expor a disputa de narrativas entre os variados *stakeholders*,000 que interagem entre si e defendem diferentes interesses próprios.

Parcerias Acadêmicas



Com Cid Olival Feitosa

Professor Associado II vinculado à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas (FEAC/UFAL). Atua no curso de graduação em Economia e no Programa de Pós-graduação em Economia da UFAL. Possui graduação em Economia pela Universidade Federal de Sergipe - UFS (2001); Especialização em Desenvolvimento Econômico Local pela UFS (2004); Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2007 e 2011). Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Regional e Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: Desigualdades Regionais e Urbanas, Desenvolvimento Socioeconômico, Regiões Metropolitanas, Economia Alagoana e Nordestina, Dinâmicas Imobiliárias e Transformações Espaciais.

A seção Parcerias Acadêmicas é dedicada a entrevistas com pesquisadoras e pesquisadores da área de desenvolvimento regional e urbano. Em nossa segunda edição, conversamos com Cid Olival Feitosa, professor da UFAL. Em meio ao caos urbano na capital alagoana, Maceió, Cid respondeu a cinco perguntas do **Informativo Getete** sobre o colapso das minas de extração da sal-gema da Braskem e seus impactos na população maceioense.

Para início de conversa, você poderia fazer uma cronologia sintética sobre a tragédia urbano-ambiental que está em curso na capital alagoana?

O crime socioambiental da Braskem tem origem na exploração indiscriminada de sal-gema na área urbana de Maceió, que ocorre desde a década de 1970, destinada à fabricação integrada de PVC e soda cáustica. No entanto, o marco temporal para o processo de subsidência do solo é o ano 2018.

O que a população relata é que, em fevereiro de 2018, após fortes chuvas, algumas pessoas do bairro Pinheiro passaram a perceber rachaduras em suas casas. Um mês depois, foi registrado um abalo sísmico no local, com tremor de 2,5 na Escala Rich-

ter. A partir daí, um número cada vez maior de residências passou a registrar rachaduras, estendendo-se rapidamente aos bairros Bebedouro e Mutange e, em seguida, aos bairros Bom Parto e uma parte do bairro Farol. Com o aparecimento de fendas e crateras nas vias públicas, a Defesa Civil de Maceió foi acionada para investigar as causas dos danos estruturais e determinar as medidas necessárias para a segurança da população. Nesse ínterim, a Braskem contratou estudos geológicos “independentes” para provar que não tinha relação com o caso.

Em junho de 2018, foi mobilizado o Serviço Geológico do Brasil/Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (SGB/CPRM), que deu início a uma série de estudos para identificar se as causas do evento eram decorrentes de fenômenos naturais ou se havia alguma ação antrópica agravante. Um ano depois, em maio de 2019, o SGB/CPRM apresentou os resultados das análises confirmando que a extração de sal-gema realizada pela Braskem era a responsável pelo processo de subsidência em curso.

A partir do mapeamento realizado pelo SGB/CPRM foi construído um “Mapa de Feições”, a ser atualizado periodicamente, que segmentou a região em áreas, identificadas por cores, de acordo com a intensidade e persistência das rachaduras e fissuras mapeadas. Além disso, duas outras ações merecem destaque:

i: A determinação de evacuação das áreas mais críticas e a realocação, em maio de 2019, de algumas famílias residentes no Pinheiro e no Mutange para outros bairro; posteriormente, os demais bairros foram sendo incluídos no processo de remoção e realocação das famílias, com autorização do uso da força policial em casos de resistência.

ii: a interrupção de extração de sal-gema, num primeiro momento, e o fechamento definitivo dos poços em Maceió, em novembro de 2019.

Várias Ações Civas Públicas (ACP) foram ajuizadas contra a Braskem, responsabilizando-a e exigindo o bloqueio de recursos para pagamento de indenizações justas à população diretamente afetada, bem como a recuperação da área degradada, a adoção de uma série de medidas emergenciais e a condenação por danos morais coletivos.

Ainda em 2019, começaram a ser celebrados diversos termos de acordo entre órgãos públicos e a Braskem, para extinguir as ACPs. Cabe destacar que os acordos foram realizados de maneira não democrática, entre a Braskem e as autoridades públicas, sem a participação dos principais interessados, as vítimas.

Em dezembro de 2019, foi celebrado o acordo entre o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público de Alagoas (MPAL), a Defensoria Pública da União (DPU) e de Alagoas (DPE Alagoas) e a Braskem, que estabeleceu o Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação, que se propõe a indenizar os proprietários dos imóveis que tiveram que ser desocupados. Deve-se ressaltar que os imóveis eram avaliados por consultores contratados pela Braskem e os moradores que apresentavam avaliações realizadas por profissionais independentes tinham suas propostas recusadas, necessitando mover ações judiciais contra a mineradora.

Em dezembro de 2020, foi celebrado um Termo de Acordo entre a Braskem, o MPF e MPAL, em que a Braskem se compromete a elaborar ações de reparação, mitigação ou compensação dos impactos decorrentes da extração de sal-gema. Para isso, contratou três empresas para realizar diagnósticos e escutas públicas, para a elaboração de planos de ações. A empresa Tetra Tech ficou responsável pelos estudos ambientais; a Diagonal elaborou um Diagnóstico Técnico-Participativo do Plano de Ações Sociourbânicas (PAS); e a TPF Engenharia realizou estudos sobre mobilidade urbana. Em 2024, pesquisadoras vinculadas à Ufal iniciaram a elaboração do Inventário Participativo do Patrimônio Cultural Imaterial (IPCI) das áreas atingidas.

Essas ações foram/estão sendo realizadas sem a participação efetiva da população, com a cooptação e contratação de pesquisadores e empresas para realizar os diagnósticos e promover “escutas” públicas apenas para validar o que já foi desenvolvido, sem a incorporação, de fato, das demandas e considerações da população afetada e da sociedade alagoana.

Em julho de 2023, a Braskem firmou um acordo com a Prefeitura de Maceió, para

ressarcir o município em R\$ 1,7 bilhão, em razão dos prejuízos causados à capital com o afundamento do solo. Na oportunidade, a Prefeitura anunciou a criação de um Fundo de Amparo ao Morador (FAM), que nunca saiu do papel e, portanto, nunca destinou nenhum centavo às vítimas do crime da Braskem. Em dezembro de 2023, uma das 35 minas existentes (a mina 18) entrou em colapso, causando pânico na população que ainda permanece próximo ao local, bem como em bairros próximos à área afetada.

Em dezembro de 2023, foi instalada a CPI da Braskem, que iniciou seus trabalhos em fevereiro de 2024, e teve 120 dias de prazo para concluir suas investigações, que resultaram na apresentação do relatório final em maio de 2024, responsabilizando criminalmente a Braskem e seus diretores e recomendando a revisão dos acordos de compensação financeira.

Não é demais lembrar que todo esse processo é marcado pela expropriação e despossessão de famílias e pessoas, uso da força bruta e de todos os tipos de violência, causando imenso sofrimento e até mesmo a morte de pessoas que foram/são vítimas diretas do crime da Braskem.

Desde a instalação do Polo Cloroquímico de Alagoas nos anos 1970 foram realizados diagnósticos e relatórios sobre os perigos e riscos de extração da sal-gema na cidade. Porém, os estudos geológicos de professores e pesquisadores da UFAL foram ignorados por décadas. Por que e por quem esses estudos foram omitidos?

Antes de mais nada, devemos relembrar do contexto nacional e regional em que se implantou o Polo Cloroquímico de Alagoas (PCA). A Salgema Indústrias Químicas S. A. (atual Braskem) foi criada em 1966, com início das operações de extração mineral na década de 1970, em plena ditadura militar. O projeto era considerado prioritário para o desenvolvimento industrial do país, interligando as cadeias química, petroquímica e de adubos, e essencial para o processo de industrialização de Alagoas, que passaria a atrair empresas de diferentes setores industriais, promovendo a diversificação econômica do estado. Desse modo, qualquer contestação feita ao projeto, como os estudos

ambientais que apontavam os riscos da atividade mineradora, era considerada uma ameaça contra a atividade industrial do país e, portanto, passível de todas as formas de repressão.

O professor José Geraldo Marques, que foi Secretário Executivo de Controle de Poluição de Alagoas (algo semelhante a uma Secretaria de Meio Ambiente) durante o período de implantação da Salgema, relata as diversas pressões, ameaças e tentativas de silenciamento que sofreu dentro do governo do estado, especialmente de representantes da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Alagoas (Codeal), por apresentar informes técnicos sobre os riscos ao meio ambiente e por se mostrar contrário à instalação da fábrica de clorossoda no bairro Pontal da Barra, em uma área de restinga, com uma diversidade ecossistêmica única e nas imediações de uma comunidade pesqueira que margeava a laguna Mundaú.

Contrariando a não recomendação da instalação da fábrica no Pontal da Barra, dentro do perímetro urbano, rejeitando qualquer outra alternativa de viabilidade locacional apresentada pelos técnicos estaduais e sem um Estudo de Impacto Ambiental (EIA), os governos estadual e federal autorizaram o início das obras. A localização atendia aos interesses dos grandes capitais envolvidos, notadamente de uma de suas acionistas, a multinacional americana DuPont, materializados nas reduções de custos de transporte entre a mina e a fábrica, nas facilidades portuárias, em virtude da proximidade do porto de Jaraguá, e nas condições favoráveis à instalação de um píer em frente à indústria, que serviria para escoar produtos e receber insumos.

Abel Galindo, professor aposentado da Ufal e especialista em geotecnia, afirma que até 1995, vinte anos após o início das atividades da Salgema, não havia qualquer projeto técnico de localização das minas para realizar as perfurações, tampouco estudos de subsidência do solo da área explorada, por parte dos órgãos de fiscalização estadual. Com isso, o que se observou foi que mais de 70% das minas foram projetadas e executadas com diâmetro muito acima do diâmetro seguro e com distância entre as minas

foram projetadas e executadas com diâmetro muito acima do diâmetro seguro e com distância entre as minas menor do que a distância recomendada. Esses dois elementos provocaram o colapso das “cavernas” resultando em rachaduras nas residências e ruas, gerando o processo de subsidência do solo.

A inexistência de projetos técnicos ou estudos de impactos ambientais não foram suficientes para que os órgãos de fiscalização e controle estadual e federal suspendessem as atividades da Braskem, que continuou obtendo autorização para a extração mineral, mesmo não cumprindo as Normas Reguladoras da Mineração (NRM) e a legislação mineral. Em depoimento à CPI da Braskem, representantes do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), atualmente Agência Nacional de Mineração (ANM), admitiram que praticamente não realizaram fiscalização in loco das atividades desenvolvidas pela empresa. Na última década, em que a “fiscalização” ocorreu de maneira mais frequente, o órgão apenas validava os dados fornecidos pela própria Braskem, que informava não haver qualquer risco de subsidência, sem realizar investigações efetivas. Eventualmente, os fiscais faziam exigências à empresa, que adiava a implementação das medidas recomendadas, sem sofrer sanções ou interrupção de suas atividades. As primeiras exigências para realizar o monitoramento sistemático de subsidência, por exemplo, datam de 2014.

O Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA-AL), responsável por fazer vistorias e conceder o licenciamento ambiental a cada 6 anos, também foi completamente omissos e negligente, para dizer o mínimo, na fiscalização e controle das atividades da Braskem. O órgão se limitava a receber os relatórios da própria empresa e conceder autorizações para a continuidade da mineração, sem que fosse apresentado o estudo de impacto ambiental.

Os órgãos citados alegaram fragilidade na fiscalização por não possuírem servidores nem capacidade técnica suficiente para realizar as vistorias e monitoramentos nas atividades. Ainda que esses elementos não possam ser desconsiderados, questiona-se

o poder exercido pela Braskem sobre diferentes instituições e pessoas para o atendimento das suas demandas. Dados do Tribunal Superior Eleitoral revelam que, entre 2004 e 2014, a Braskem foi doadora regular de campanhas eleitorais de políticos alagoanos dos mais variados campos, incluindo disputas para a Prefeitura de Maceió, Assembleia Legislativa de Alagoas, Governo de Alagoas, Câmara dos Deputados e Senado Federal.

O risco iminente de colapso das minas de extração da sal-gema tornou urgente a remoção imediata de moradores e comerciantes daquelas áreas de maior risco. Como esse grupo se organizou coletivamente para defender seus direitos e quais movimentos sociais deram suporte para as vítimas do crime ambiental?

O processo de organização dos moradores atingidos pelo crime da Braskem em defesa dos seus direitos começou ainda em 2018, em virtude do aumento do número de residências com rachaduras, aliado à falta de ação por parte do poder público. Isso levou à criação do grupo “SOS Pinheiro” e à realização de reuniões e manifestações públicas para pressionar os órgãos competentes a se posicionarem. À medida que o problema se espalhou para os demais bairros, especialmente em 2019, a associação ganhou a adesão de outros moradores, o que levou à criação de novas associações, buscando atender às demandas específicas de cada comunidade. É importante destacar que os cinco bairros afetados possuem processos de formação, características socioeconômicas e graus de organização comunitária distintos, o que influencia as formas de mobilização, as necessidades e as prioridades na luta por indenização e reparação dos danos causados pela Braskem.

Em 2020, dois episódios contribuíram para um processo de desmobilização dos moradores atingidos: i) as remoções e realocações das vítimas, que passavam a fazer parte do Programa de Compensação Financeira; ii) a pandemia de Covid-19, que exigiu isolamento social, eliminando as manifestações em vias públicas. Soma-se a isso a baixa repercussão do caso na imprensa local e nacional, pelo menos até 2023.

O processo de desmobilização dos moradores também contou com ações coercitivas da Braskem. Em 2021, uma manifestação em frente à empresa, intitulada “Ato de

Luto e Luta” e destinada a chamar a atenção da sociedade alagoana para o crime em curso, reuniu lideranças religiosas, culturais, políticos, sindicatos, movimentos sociais e moradores dos bairros afetados. Após a manifestação, a Braskem obteve uma liminar na justiça proibindo protestos de moradores em frente à empresa, alegando que as manifestações colocavam em risco os lucros da petroquímica e a integridade dos seus funcionários. Em caso de descumprimento, seria aplicada multa cumulativa de R\$ 5 mil/dia e responsabilização criminal pelo delito de desobediência. Além disso, moveu processos judiciais contra os organizadores do evento, numa clara tentativa de intimidação e desmobilização de lideranças e organizações sociais.

Apesar desse tipo de intimidação, com o controle da Covid-19 e a flexibilização das medidas de segurança, os protestos ressurgiram, e as redes sociais, especialmente Instagram e Twitter, se tornaram novas plataformas para a população afetada expressar sua resistência e enfrentar os desafios impostos. Movimentos diversos foram sendo constituídos até a criação do Movimento Unificado de Vítimas da Braskem (MUVB), que passou a contestar as indenizações oferecidas e a lutar incansavelmente por uma reparação integral e justa, abrangendo muito mais do que a simples indenização de imóveis. O MUVB também busca a responsabilização legal da Braskem e dos órgãos públicos envolvidos no crime socioambiental.

Diversos indivíduos, grupos, movimentos e instituições uniram-se às vítimas para pressionar os órgãos competentes a garantir uma reparação justa e integral pelos danos causados à população e à sociedade. Entre eles, destacam-se pesquisadores de diferentes instituições de ensino em Alagoas, o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), o Observatório do Caso Braskem, e a Associação de Empreendedores e Vítimas da Mineração. Esses grupos têm promovido inúmeros eventos para discutir a temática, além de organizar manifestações públicas e contribuir com uma vasta produção acadêmica. Também devem ser mencionadas as diversas intervenções artísticas e a vasta produção audiovisual que procura denunciar o crime socioambiental da Braskem.

Os movimentos sociais, de modo geral, questionam a arbitrariedade e a unilateralidade das ações da Braskem para com as vítimas, frequentemente ratificadas pelo Estado, beneficiando-se da fragilidade dos moradores e ex-moradores e do poder econômico e político que possui. Um dos exemplos mais flagrantes diz respeito à atualização do mapa de riscos e, portanto, a definição de quem deve ser realocado, já que apenas os moradores incluídos na zona de risco têm direito à indenização. Desde 2021, as comunidades dos Flexais, Vila Saem, Rua Santa Luzia e Marquês de Abrantes, de baixo poder econômico, reivindicam a sua realocação, sem sucesso. À medida que o entorno dessas regiões foi sendo desocupado, os moradores passaram a enfrentar um verdadeiro ilhamento socioeconômico, agravado pela irregularidade ou ausência de serviços públicos essenciais, como transporte, iluminação, limpeza urbana e segurança. Com o colapso da mina 18, em dezembro de 2023, que retirou às pressas dezenas de famílias de suas residências, sob uso de força policial, mais uma vez os moradores dessa região reivindicaram a sua remoção, mas até agora (agosto de 2024) nada foi feito. Os moradores relatam um clima constante de medo e incerteza sobre o que pode acontecer com suas vidas caso outras minas venham a colapsar.

Ainda nesse espectro, em acordo junto à Braskem, a prefeitura de Maceió foi ressarcida em R\$ 1,7 bilhão em razão do afundamento do solo nos bairros atingidos pela exploração da mineradora. Há algum tipo de fiscalização no uso desses recursos? Para quais setores, ou grupos, estão sendo destinados esse montante?

Todo processo envolvendo o crime da Braskem é permeado por uma completa falta de transparência e informações, não apenas por parte da mineradora, mas também dos órgãos públicos envolvidos. Particularmente, entrei em contato com a Prefeitura de Maceió diversas vezes, ainda no início do processo, em 2019, tentando obter informações e dados para dar sequência às minhas pesquisas. Porém, quando informei ser professor da Ufal e estudar o caso, houve um silenciamento completo. Ninguém mais respondeu os meus e-mails, mensagens de WhatsApp, ou tentativas de contato telefônico.

Até mesmo as respostas via Portal da Transparência eram desprovidas de informações relevantes.

Dito isto, o acordo de R\$ 1,7 bilhão assinado em julho de 2023 entre a Prefeitura de Maceió e a Braskem é mais um instrumento jurídico lesivo às vítimas do crime socioambiental e à toda sociedade alagoana. Para se ter ideia, pelo referido acordo, a Prefeitura de Maceió concede quitação integral, “geral, irrestrita, irrevogável e irretratável” à Braskem por todo e qualquer dano decorrente da atividade de extração de sal-gema, que promoveu o afundamento do solo em cinco bairros da capital alagoana.

Ainda segundo o acordo, os valores devem ser pagos à Prefeitura em seis parcelas, sendo a última prevista para dezembro de 2024. A Prefeitura afirma que os recursos são suficientes para restabelecer integralmente os serviços públicos paralisados em outras localidades, realizar obras de infraestrutura urbana, e compensar as perdas arrecadatórias do município.

Um dado que chama atenção é a destinação de 1% de todo o recurso, ou seja, R\$ 17 milhões, ao pagamento de honorários advocatícios em favor da Procuradoria Geral do Município. Ainda que exista previsão legal para tal finalidade, conforme Lei Complementar nº 5.220 de 2002, de Criação do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município, essa destinação me parece, no mínimo, imoral, já que milhares de pessoas ainda aguardam indenizações ou mesmo realocações, conforme mencionei anteriormente.

A transparência na aplicação desses recursos é praticamente inexistente. Inicialmente, foi prometida a criação de um Fundo de Amparo aos Moradores, que nunca se concretizou. Tanto as vítimas quanto a sociedade permanecem sem saber onde os recursos foram ou estão sendo utilizados. As poucas informações divulgadas pela Prefeitura se referem à compra de um hospital privado ainda em construção por R\$ 266 milhões. Durante uma coletiva de imprensa em dezembro de 2023, o prefeito mencionou que, além da aquisição do hospital, os recursos foram destinados ao custeio da administração municipal, incluindo investimentos na Defesa Civil, mas sem fornecer qualquer

detalhamento sobre a execução. Segundo o prefeito, os recursos serão utilizados conforme a “discrecionabilidade da prefeitura,” ou seja, de acordo com o que a administração considerar conveniente.

Esse acordo foi homologado pela Justiça Federal com a anuência do MPF e do MPAL, cabendo a esses órgãos, além das Defensorias Públicas e da Câmara de Vereadores, a sua fiscalização. Em abril deste ano, o prefeito solicitou autorização à Câmara de Vereadores para contrair um empréstimo de R\$ 400 milhões, destinado a obras de infraestrutura no município. Apenas dois vereadores votaram contra. Enquanto isso, as vítimas do crime da Braskem seguem lutando para sobreviver.

Desde 2005 Maceió não atualiza seu plano diretor, ficando a cargo do mercado imobiliário planejar a cidade. Recentemente o planejamento urbano ganhou um novo player: a Braskem. A indenização paga pela mineradora aos moradores e proprietários de estabelecimentos comerciais inclui a compra dos terrenos. A rigor, portanto, não seria bem uma indenização, mas sim um acúmulo patrimonial pela Braskem. Ou seja, uma fatia considerável da cidade passa a ser de propriedade da mineradora. Nesse sentido, como você enxerga o desenvolvimento urbano maceioense sob o controle da Braskem e do mercado imobiliário?

O crime cometido pela Braskem tem impactos profundos não apenas na cidade de Maceió, mas também em sua região metropolitana. Estamos falando da remoção forçada e inesperada de mais de 60 mil pessoas, que residiam em aproximadamente 15 mil imóveis. Esses eventos geraram desdobramentos econômicos, urbanísticos e sociais imensuráveis.

O primeiro deles diz respeito ao próprio processo de remoção e de indenização. Os moradores eram praticamente obrigados a assinar acordos subavaliados, com cláusulas de confidencialidade e termos abusivos que eximem a empresa de responsabilidade, criando até a possibilidade de processos contra as próprias vítimas. Além disso, ao aceitar o acordo, os moradores transferiam a propriedade do imóvel para a Braskem, perdendo não apenas suas residências, mas também seus direitos sobre elas.

Esses acordos forçados resultaram em impactos devastadores na vida das comu-

nidades afetadas. Entre os mais visíveis, destaca-se o encerramento de milhares de negócios formais e informais, a perda de emprego e renda de milhares de trabalhadores, e o desaparecimento ou remoção de equipamentos públicos, como escolas, creches, unidades básicas de saúde, templos religiosos, praças, mercados públicos e até mesmo um cemitério. Além disso, houve a interrupção de vias públicas, comprometendo o sistema de transporte, e a destruição de patrimônios materiais e imateriais.

Essa situação levou à eliminação de espaços de vida pública, ao rompimento de relações de vizinhança, à perda do sentimento de pertencimento ao lugar e ao apagamento das histórias de vida dos moradores afetados.

Com o início das remoções, uma nova dinâmica começou a se desenhar no mercado imobiliário de Maceió. Os preços dos aluguéis e imóveis passaram a subir continuamente. Minha hipótese é que dois movimentos simultâneos e inter-relacionados explicam esse fenômeno. Primeiro, Maceió já enfrentava um déficit habitacional de aproximadamente 27 mil residências em 2016 e a destruição de mais 15 mil imóveis intensificou a demanda por moradia, sem que houvesse oferta suficiente, resultando em um aumento inicial dos preços. Segundo, as expectativas do mercado imobiliário de que as indenizações pagas pela Braskem injetariam recursos no setor levaram a uma nova alta nos preços.

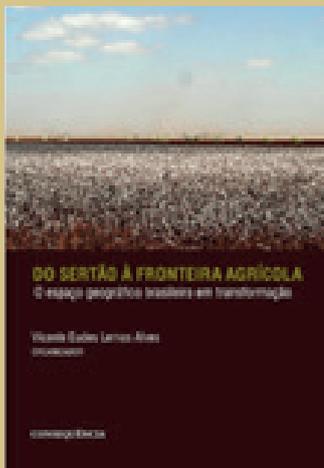
Além desses fatores, somam-se os incentivos governamentais e os investimentos no setor de turismo, especialmente no período pós-pandemia, que impulsionaram a construção de edifícios com unidades habitacionais de um dormitório, característicos dos imóveis voltados para aluguel por temporada. Como resultado, Maceió se tornou a capital com o preço do m² mais caro do Nordeste.

Devido à oferta limitada de imóveis e aos preços elevados, muitos ex-moradores foram obrigados a migrar para municípios da região metropolitana, especialmente aqueles próximos à capital. Para ilustrar, enquanto Maceió registrou uma taxa de crescimento populacional de 2,7% em 2022, municípios vizinhos como Satuba (66,3%), Rio Largo

(37,2%), Marechal Deodoro (31,3%) e Paripueira (21,9%) experimentaram um crescimento populacional significativo.

Toda essa situação é agravada pela desatualização de quase 10 anos do Plano Diretor de Maceió. Como sabemos, a ausência de diretrizes sobre uso e ocupação do solo favorece o mercado imobiliário, e agora, a Braskem. Não acredito, porém, que a Braskem definirá os rumos daquela porção do território municipal a curto prazo. Isso se deve, em grande parte, à persistente instabilidade geológica na região. Será necessário aguardar a estabilização do terreno. Só então, é provável que a Braskem explore economicamente toda a área, concentrando, sozinha, uma parcela significativa do solo maceioense. Esse processo ocorrerá, dentro dos marcos legais, através de seu considerável poder econômico e político na formulação dos futuros Planos Diretores. A pergunta final que fica é: desenvolvimento urbano para quem?

Dicas de Leitura I



ALVES, V. E. L. (Org.). **Do sertão à fronteira agrícola: o espaço geográfico brasileiro em transformação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2022, 316 p.

Por Fernando César de Macedo

O livro **Do Sertão à fronteira agrícola – o espaço geográfico brasileiro em transformação** é uma importante contribuição para os estudos sobre a dinâmica regional e urbana no Brasil no século XXI, especialmente a do Cerrado, em suas áreas de transição com a Caatinga e a Floresta Amazônica, na região oficialmente definida como Matopiba pelo governo federal em 2015. Trata-se de leitura obrigatória para aqueles que querem entender os impactos sociais, ambientais e de organização socioespacial do modelo de inserção comercial externa da economia brasileira, sustentado por abundância de terra e água, superexploração da força de trabalho e degradação da natureza na região onde mais avança o agronegócio.

A obra é composta de uma dúzia de capítulos, escritos individualmente por diferentes pesquisadores(as) que desenvolveram suas investigações no Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (IG/Unicamp), sob supervisão ou orientação do professor Vicente Eudes Lemos Alves, que organizou a publicação e escreveu a introdução e o capítulo 12, o qual de alguma forma sintetiza toda a discussão. Por serem relatos de trabalhos de pós-graduação ou de pós-doutoramento, reproduzem pesquisas recentes de investigadores(as) que foram a campo, como costumam fazer os geógrafos, sempre preocupados em verificar in loco as mudanças do território. Essa é uma força

metodológica dos textos, que apresentam uma rica coleção de informações primárias coletadas em pesquisa de campo e/ou através de entrevistas, além das fontes secundárias tradicionalmente utilizadas em trabalhos dessa natureza.

O olhar geográfico perpassa toda a obra, como não poderia deixar de ser, dada a formação de quem a escreveu. Apesar do número grande de autores(as), observa-se afinidade teórica e metodológica nos textos, ainda que tratem de temáticas diferentes e com recortes espaciais por vezes distintos. Essa coerência interna reflete o acúmulo de experiência do professor Vicente enquanto orientador de dissertações e teses sobre o Centro-Norte do país, assim como decorre das pesquisas individuais e coletivas de que participou e dos estudantes que formou nos cursos de Geografia Agrária na graduação e na pós-graduação.

Vicente, nos últimos anos, tem sido um dos mais destacados estudiosos – dentro e fora da Geografia – da fronteira agrícola brasileira, inclusive dialogando com trabalhos de historiadores, sociólogos e economistas. Preocupação observada também nos(as) autores(as) da obra, como Márcio Bredariol, que, no capítulo inicial, apresenta a influência do tropeirismo na formação cultural e econômica de São Paulo e o seu papel no adentramento do Sertão.

Alguns fios condutores dão nexos ao livro, ainda que não estejam explicitados ou nem mesmo sejam mencionados em alguns capítulos. O primeiro é o conceito de ideologia geográfica. Em todos os momentos históricos, esse conceito define e carimba uma marca para o uso e a ocupação do território, que se executa por meio das políticas de Estado e também reflete a adesão (ou a resistência) de cada grupo social a esse carimbo. Se no passado o objetivo era civilizar o Sertão, levando até ele a cultura ocidentalizada que pretensamente se instalara no litoral da colônia portuguesa na América, hoje esse Sertão foi ressignificado pela ideia de fronteira agrícola.

O segundo fio condutor, a meu juízo, são os fundos territoriais que estão inseridos no Sertão e que são mobilizados com o avanço da fronteira agrícola. Tais fundos são

são determinantes para a criação dessa fronteira, a qual passa a ser, em contraposição ao Sertão, conforme a ideologia dominante, o lócus da modernidade, pela absorção dos pacotes tecnológicos para a agropecuária com o propósito de aumentar a produção de commodities exportáveis. Essas exportações intensivas em recursos naturais é a forma como o Brasil se insere subordinadamente no comércio internacional, sob a dependência do mercado chinês, que orienta a reorganização espacial do Centro-Norte com os investimentos em infraestrutura para facilitar o escoamento internacional da produção de grãos (ver, por exemplo, o capítulo 11, de Paloma Furtado). Afinal, é preciso criar territórios da modernização, como nos lembra Andrei Cornetta no capítulo 8, quando apresenta a colonização entre o Rio das Mortes e o Alto Xingu, em Mato Grosso.

Se no passado colonial a ideologia geográfica vaticinava difundir a civilização como objetivo da política de ocupação do território, e com isso justificou toda a barbárie contra os povos originários e os escravizados “importados” da África, agora ela aponta para a necessidade imperiosa de globalizar esse mesmo território, sob o falso discurso dos “vazios demográficos” e para dar um uso economicamente viável àqueles fundos que precisam ser descongelados para a acumulação de capital e para a geração de divisas ao país.

Tanto no passado colonial (e também no Império brasileiro) quanto no período republicano, especialmente após o golpe de 1964, a violência do projeto estatal é visível contra os povos que ocupavam (e ocupam) esses “espaços vazios” e que vão sendo desalojadas com a territorialização violenta do capital (sobre isso, ver especificamente o capítulo 10, de Débora Lima). São indígenas, quebradeiras de coco, quilombolas, pescadores ribeirinhos e tantos outros grupos que, secularmente, reproduzem suas vidas dando destinação coletiva e sustentável aos recursos naturais de seus territórios, porém agora veem seus modos de vida inviabilizados. Suas atividades produtivas não podem ser, de forma alguma, consideradas não econômicas ou antieconômicas. Tampouco podemos falar, como o livro atesta, de “espaços vazios”, expressão que justifica a pretensa

sanha modernizadora, civilizatória e globalizante do capital em contraposição às tradições daquelas populações.

A ideologia geográfica e os fundos públicos (estes são sempre lembrados ao longo do livro, embora não analisados) são indispensáveis ao projeto de territorialização do capital agro-financeiro-exportador, pois pavimentam a transformação do Sertão, que vai virando fronteira agrícola pelo descongelamento dos fundos territoriais e pela violência contra as diversas populações tradicionais que usam coletivamente as terras usurpadas pelo capital. Este dita uma nova forma de organização territorial, que se contrapõe ao modelo econômico solidário e ambientalmente sustentável dos antigos camponeses; modelo que não se rege exclusivamente pelas forças do mercado – como faz o agronegócio, que impõe danos ambientais à região por onde adentra, danos que, para muitos, já parecem irreversíveis, conforme as mudanças climáticas nos alertam recentemente no país.

O Estado torna-se conivente com a devastação do meio-ambiente ao ter uma atuação permissiva, mesmo quando aparentemente coloca limites legais à devastação ambiental do modelo brasileiro de inserção comercial externa, através do Código Florestal. Erick Kluck mostra no capítulo 9 como essa legislação foi aderente aos interesses do capital agrário e financeiro. Contraditoriamente, no entanto, as políticas públicas podem melhorar, dentro de determinados limites, as vidas das populações pobres de pequenos municípios do interior, como Sueli dos Santos mostra no capítulo 7, ao fazer um estudo de caso de Bom Jesus da Lapa, na Bahia.

O agronegócio, que não é pop nem é tech – afinal, seu pacote tecnológico é imposto internacionalmente pelos grandes grupos do setor, com pouca tecnologia nacional –, desaloja populações historicamente territorializadas na área por onde avança a fronteira e inviabiliza a reprodução diversificada dos modos de vida dos povos agroextrativistas. Os exemplos ao longo da obra são ricos e não deixam dúvida quanto a isso. Esse é outro fio condutor que perpassa todos os capítulos.

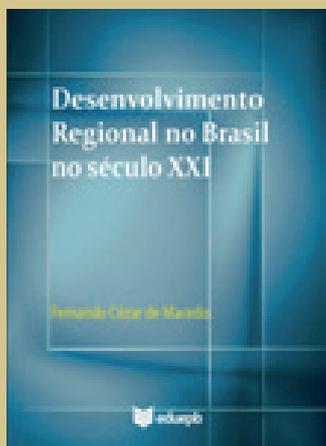
Os capítulos 2, 3, 4, 5 e 6, respectivamente de autoria de Jamille Lima-Payayá, Rodrigo Meiners, Fábio Jesus, Mariana Nóbrega e Daniel Carvalho, falam de como esses povos tradicionais estavam adaptados às condições naturais de seus territórios. Porém, para o invasor, tais territórios surgem, num primeiro momento, como hostis e inabitáveis, razão pela qual “os civilizados” têm que modificar a forma de uso e ocupação deles para atender às exigências da globalização modernizadora.

Os(as) autores(as) mostram os impactos negativos desse processo para os povos indígenas, para as populações quilombolas, para os camponeses e para outros povos tradicionais. Mostram também a importância da diversidade ecológica e cultural e dos saberes originários, ligados, por exemplo, à culinária e à medicina, mas alertam para seu esvaziamento, sobretudo para o risco de desaparecerem os conhecimentos que dependem da preservação da diversidade do ecossistema.

Tal diversidade, como exposto ao longo de todo livro, vai sumindo à medida que a monocultura avança e aquelas populações se desterritorializam. Como lição, fica subentendido que qualquer política de desenvolvimento territorial deve ser aderente a essas tradições e deve respeitar a diversidade do ecossistema. Eu diria, com base no aludido pelos(as) autores(as), que toda política territorial deveria ser, necessariamente, contra-hegemônica, única forma de garantir a diversidade indispensável à construção de outro modelo econômico de crescimento capaz de valorizar e preservar a riqueza territorial, portanto ambientalmente sustentável e socialmente inclusivo.

Reafirmo a importância do livro, que deve ser lido por todas as pessoas interessadas em conhecer as transformações recentes na organização socioespacial do país, em especial na região do Centro-Norte. Sem dúvida, essa obra organizada pelo professor Vicente Eudes Lemos Alves, junto do grupo de pesquisadores(as) que ele ajudou decisivamente a formar, é uma valiosa contribuição.

Dicas de Leitura II



MACEDO, F. C. de. **Desenvolvimento regional no Brasil no século XXI**. Campina Grande-PB: EDUEPB, 2023.

Por Vicente Eudes Lemos Alves

O livro aborda o contexto de desenvolvimento regional do Brasil no período contemporâneo. Nos oito capítulos que compõem a obra, o professor Fernando Cezar de Macedo discute o processo de formação socioespacial brasileira em um olhar que envolve um rico diálogo entre a economia, a geografia e a história. Trata-se de um trabalho que se torna uma referência para os estudos regionais, revelando o entrelaçamento de questões acerca das transformações econômicas e socioespaciais do território nacional no percurso do século XX e, sobretudo, nessas primeiras décadas do XXI.

Baseando-se num amplo repertório de referências bibliográficas, na sistematização de dados estatísticos de variadas fontes e nos resultados obtidos em suas pesquisas acadêmicas – as quais envolveram também informações empíricas coletadas em trabalhos de campo –, além de diálogos com seus orientandos e com outros pesquisadores de diversas áreas do conhecimento em diferentes lugares do país, Macedo reúne no livro importantes reflexões sobre as dinâmicas constitutivas de um novo padrão de organização territorial que vem se consumando nas últimas três décadas no Brasil, convergindo no principal motor das mudanças socioespaciais em curso no país.

O autor parte da hipótese, a qual, a meu ver, ele consegue comprovar ao longo do trabalho, de que esse novo padrão que se estrutura, embora lento na intensidade das

transformações, reúne processos que se articulam para a definição de uma nova configuração espacial brasileira, marcada por um conjunto de fatores que ganharam relevância principalmente no século XXI. Um desses fatores é certa desconcentração de atividades econômicas em direção à hinterlândia, movida por um amplo aparato de política pública – os denominados fundos públicos, considerados no livro um dos elementos do tripé da reprodução do capital no Brasil –, estruturado especialmente a partir da segunda metade do século XX. Isso permitiu a territorialização de agentes privados de diferentes segmentos econômicos, que se apropriaram dos chamados fundos territoriais (os quais compõem outro elemento do tripé da acumulação capitalista brasileira), constituídos por um imenso estoque de terras apossadas por grupos econômicos privados ao longo da história do país, frequentemente por meio de apropriação irregular de terras devolutas, como é o caso da grilagem. Essa apropriação ocorreu em áreas onde moravam (e parte delas ainda mora) populações agroextrativistas que tradicionalmente fazem o uso dos bens naturais através de formas comunitárias, práticas que se tornaram escassas com o avanço dos cercamentos e dos desmatamentos da vegetação originária nos ricos biomas regionais, o que gerou prejuízos enormes para a manutenção dos ecossistemas locais – base da reprodução dos modos de vida dessas populações.

Para Macedo, tais populações sofrem diversos impactos nesse processo de modernização econômica do território, principalmente nos espaços de produção de *commodities* agrícolas e/ou de extração mineral. Isso ocorre, porque, além de serem desterritorializadas de seus territórios, essas populações também ficam sujeitas à superexploração de sua força de trabalho (o último elemento do tripé da acumulação capitalista brasileira), sendo submetidas à lógica do mercado de trabalho global, precarizada e sob o domínio da financeirização. Com o avanço desse novo modelo de reprodução do capital no interior do país, elas se deparam com a voracidade dos grupos econômicos interessados no consumo intensivo de recursos naturais, sobretudo naquelas áreas de expansão da fronteira agromineral, as quais estão vinculadas em grande medida à pro-

dução de mercadorias para o mercado externo.

Segundo o autor, o processo de interiorização das atividades produtivas vem revelando a sobreposição de dois modelos – contraditórios em sua essência – que definem o uso e a ocupação dessa extensa área do território brasileiro. Em um deles prevalece “*o comando do capital internacional globalizado, [que se] apropria do interior do país, impondo uma lógica de acumulação que fragiliza o meio ambiente, afeta negativamente as condições de vida das populações locais, privatiza a natureza e amplia a subordinação da economia brasileira à ordem externa, reduzindo a diversidade do país a uma coleção de commodities exportáveis*”. O outro modelo, contrário ao primeiro, é “fruto de uma política pública deliberada, ainda que sem uma definição territorial muito clara aprioristicamente, e com o intuito de ampliar as oportunidades educacionais por todo o país, pode[ndo] ser um vetor de afirmação de outro projeto societário” (p. 34-35).

Não apenas esse último modelo relatado pelo autor se efetiva no avanço de investimentos educacionais – notadamente no ensino superior e em colégios técnicos, que alteram de maneira significativa as dinâmicas econômicas, sociais e espaciais de algumas regiões do interior do país, em especial nos centros urbanos de porte médio, conforme demonstra Macedo –, mas também são os recursos públicos os responsáveis por manterem o funcionamento das economias dos municípios de pequeno porte. Fica, pois, demonstrado que nem sempre é verdadeira a difusão da ideologia geográfica de que é o capital privado que leva progresso aos lugares, sobretudo quando se considera um país de dimensões continentais com diversas carências, sendo o Estado, com suas políticas públicas, o único que consegue chegar aos rincões do território nacional.

O novo padrão de reprodução do capital, conforme defende Macedo, reorganizou a distribuição das atividades econômicas pelas unidades federativas e regiões brasileiras, incidindo particularmente sobre as relações comerciais. Isso revela uma nova dinâmica econômica, na qual a indústria de transformação sofre uma perda de sua centralidade, observada por um processo crescente de desindustrialização. A indústria de

transformação, atividade que comandou o padrão de acumulação no período anterior, em especial na segunda metade do século XX, perde força no século XXI diante da concorrência externa, marcadamente aquela de produtos da indústria chinesa. No novo modelo em curso, há uma articulação entre Estado e capital privado para o fortalecimento da pauta exportadora de *commodities* oriundas da fronteira agromineral, definindo um novo processo de organização produtiva nessas áreas. Essa organização tanto consolida um padrão agro-minero-exportador quanto apresenta uma elevada especialização, fenômeno que o autor denomina Padrão de Reprodução do Capital Exportador de Especialização Produtiva (PRCEEP). Além do retorno à primarização, o novo contexto econômico brasileiro, segundo Macedo, se agrava com o aprofundamento da chamada guerra fiscal, que gerou tensões e descontentamentos entre as unidades federativas.

Para Macedo, as regiões Centro-Oeste e Norte são as que melhor sintetizam a presença desse novo modelo de interiorização produtiva do país, na medida em que ali a territorialização do capital, personificado nas empresas globais, acelerou as transformações produtivas e espaciais, gerando novas dinâmicas nos espaços rurais e urbanos. Essas dinâmicas são favorecidas por elevados investimentos de recursos públicos em créditos subsidiados, e por outras benesses ao capital privado, mas também por vultosos investimentos em infraestrutura para a adequação espacial às novas demandas econômicas regionais. Destaca-se, entre esses financiamentos, a ampliação do sistema de transporte, que produz uma estrutura logística capaz de acelerar os fluxos de mercadorias, efetivada por uma rede de terminais portuários com capacidade para a exportação de *commodities* minerais e agrícolas. Esse é o caso dos investimentos na rede de transporte do chamado arco norte, referente à construção de larga infraestrutura de transporte multimodal, cujo objetivo é garantir o escoamento da produção da região centro-norte do país aos principais mercados consumidores do mundo, em especial o da China.

Finalmente, um dos temas de elevada importância no trabalho de Macedo diz res-

peito à análise que ele faz sobre a constituição de uma nova urbanização no interior do país, sobretudo com a consolidação das cidades de porte médio. A relevância dessas cidades cresceu nas últimas décadas, com muitas delas se constituindo em centros urbanos regionais que desempenham funções de especialização produtiva, articuladas em torno de suas atividades exportadoras. Além da emergência dessa nova urbanização, cujas estruturas são mais complexas e se ramificam pelo interior do território nacional, Macedo também analisa, no seu trabalho, o papel desempenhado atualmente por uma nova rede urbana que se torna mais integrada, com maior adensamento e mais capilarizada, numa clara demonstração de substituição da rede urbana anterior, dispersa pelo território e menos articulada no contexto tanto regional quanto nacional. Observa-se, assim, uma clara superação da estrutura de arquipélagos econômicos que predominou em grande parte da nossa trajetória histórica.

Diante do exposto, reitero que o livro *Desenvolvimento regional no Brasil no século XXI*, de Fernando Cezar de Macedo, torna-se uma referência de estudo. A obra valoriza um olhar sobre a questão regional brasileira contemporânea, convidando o leitor e a leitora para um entendimento do país que também considere as regiões da hinterlândia nacional, onde os processos em curso nos revelam um novo Brasil.

Mitos Trabalhistas



Por Silva Barros

Artista visual, ilustrador e gravurista. Já ilustrou diversas capas de cordéis e de livros. Participou de formações nas áreas da literatura popular e da gravura como instrutor pelo SESC Quixeramobim, pela Casa de Saberes Cego Aderaldo, pela Casa de Antônio Conselheiro e pelo Porto Iracema das Artes, no projeto aBarca. Atualmente, é Diretor de Arte na Aluá Editora.



*"Mais trabalho, menos salário.
É o mercado."*

Referências

ALVES, V. E. L. (Org.). **Do sertão à fronteira agrícola**: o espaço geográfico brasileiro em transformação. Rio de Janeiro: Consequência, 2022, 316 p.

ÂNTICO, C. Deslocamentos pendulares na região metropolitana de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 110-120, 2005.

ARANHA, V. Mobilidade pendular na metrópole paulista. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 96-109, 2005.

ARAÚJO, T. B. Tendências do desenvolvimento regional recente no Brasil. In: BRANDÃO, C. A.; SIQUEIRA, H. (org.). **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 39-52.

ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BARBOSA, E. J. da S.; VIDAL, M. R.; MASCARENHAS, A. L. dos S.; SILVA, L. N. F. da. Componentes naturais da paisagem na região de Carajás. In: MONTEIRO, M. de A. (Org.). **Amazônia**: a região de Carajás [recurso eletrônico]. Belém: NAEA, 2023.

BARROS, T; OLIVEIRA, A. A. Análise dos Deslocamentos Pendulares por Motivo de Trabalho no Ano de 2010 nas Cidades Médias Cearenses. In: **Anais do IV SEDRES**: Seminário de desenvolvimento regional, estado e sociedade: democracia e desigualdades regionais. Palmas, 2018.

BRITO, F; SOUZA, J. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo em perspectiva**, v. 19, p. 48-63, 2005.

CAIADO, M. C. S. Deslocamentos intra-urbanos e estruturação socioespacial na metrópole brasiliense. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 64-77, out./dez. 2005.

CANO, W. Brasil: construção e desconstrução do desenvolvimento. **Texto para discussão nº 304**. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 2017. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3533/TD304.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2024.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. 3ª ed. São Paulo: UNESP, 2007.

CARVALHO, R. M; QUEIROZ, S. N. Pendularidade por Motivo de Trabalho e Estudo na Região Metropolitana de Feira De Santana (RMFS). In: **Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos** – ENABER, 2021.

CASTRO, F. F. B; HOLANDA, V. C. C. Espaço metropolitano cearense: Breves considerações. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 20, n. 2, p. 8, 2018.

CEARÁ. Lei Complementar Nº 168, 27 de dez. de 2016. **Criação da Região Metropolitana de Sobral**. Fortaleza-CE, 2016.

CEARÁ. Lei Complementar Nº 78, 26 de jun. de 2009. Promulgada em 26 de junho de 2009. **Criação da Região Metropolitana do Cariri**. Fortaleza- CE, 2009.

COLLA, C. **Migração e pendularidade na Região Metropolitana de Curitiba entre 2000 e 2010: complementaridade ou substituição?** 2018. 276f. Tese (Doutorado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2018.

COSTA, M. C. L; AMORA, Z. B. Fortaleza na rede urbana brasileira: de cidade à metrópole. COSTA, MCL; PEQUENO, R. **Fortaleza: transformações na ordem urbana**. Fortaleza, Letra Capital , 2015.

CUNHA, A. S. da. **A migração na Região Metropolitana de São Paulo e os espaços da mobilidade intrametropolitana - 1980/2010**. 2015. 376 f. Tese (Doutorado em Demografia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2015.

DELGADO, P. R.; DESCHAMPS, M. V.; MOURA, R.; CINTRA, A. P. de U. Mobilidades nas regiões metropolitanas brasileiras: processos migratórios e deslocamentos pendulares. In: BALBIM, R; KRAUSE, C.; LINKE, C. C. (org.). **Cidade e movimento**: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Brasília, Ipea/IDTP, 2016.

FEITOSA, A. L. C.; QUEIROZ, S. N. de, CORDEIRO NETO, J. R. Polarização econômica, trabalho e relações sociais no aglomerado urbano-industrial do cariri cearense. **SEMOC - Semana de Mobilização Científica-Segurança**: A paz é o fruto da justiça. 2009.

FREY, H; DOTA, E. M. O Censo de 2010 e as primeiras leituras sobre a mobilidade espacial da população na Região Metropolitana de Campinas. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 18, n. 1, p. 226-243, 2013.

FURTADO, C. A fantasia desfeita. In: D'AGUIAR, R. F. (Org.). **Celso Furtado**: obra autobiográfica. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 203-393.

FURTADO, C. Nova concepção de federalismo. In: D'AGUIAR, R. F. (org.). **Essencial Celso Furtado**. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013. p. 377-385.

FURTADO, C. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GOMES JÚNIOR, E.; SILVA, D. N. **Planejamento, ordenamento territorial e características do uso da força de trabalho em regiões amazônicas**: o caso da região de Carajás (PA). No prelo.

HOLANDA, V. C. C. **Modernizações e espaços seletivos no Nordeste Brasileiro**. Sobral: Conexão Lugar/mundo. 2007. 254 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 2007.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades**. Rio de Janeiro, 2008.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Panorama Socioeconômico das Regiões Metropolitanas Cearenses**. Fortaleza – Ceará. 2018. Disponível em <https://www.ipece.ce.gov.br/perfil-metropolitano/>. Acesso: 15 de maio de 2021.

JARDIM, A. de P.; ERVATTI, L. **Migração Pendular Intrametropolitana no Rio de Janeiro**: reflexões sobre o seu estudo, a partir dos censos demográficos de 1980 e 2000. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007.

KALECKI, M. **Teoria da Dinâmica Econômica**: ensaios sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. Tradução de Paulo Almeida. São Paulo: Editora nova cultura, 1977.

MACEDO, F. C. de. **Desenvolvimento regional no Brasil no século XXI**. Campina Grande-PB: Eduepb, 2023.

MONTEIRO, M. de A. **Amazônia**: a região de Carajás [recurso eletrônico]. Belém: NAEA, 2023a.

MONTEIRO, M. de A. Trajetórias produtivas no agrário amazônico: o caso da região de Carajás. In: Monteiro, MONTEIRO, M. de A. (Org.). **Amazônia**: a região de Carajás [recurso eletrônico]. Belém: NAEA, 2023b.

MOURA, R.; BRANCO, M. L. G. C.; FIRKOWSKI, O. L. C. F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 121-133, 2005.

MOURA, R.; DELGADO, P. Mobilidade pendular intermetropolitana. **E-Metropoles**, v. 24, n. 7. 2016.

MOURA, R; DELGADO, P. R; COSTA, M. A. **Movimento pendular e políticas públicas**: algumas possibilidades inspiradas numa tipologia dos municípios brasileiros. Instituto de Pesquisa Econômica – IPEA, 2013.

NASCIMENTO, D. C. **Ser-Tão “metropolitano”**: espacialidade e institucionalidade na Região Metropolitana do Cariri. 2018. 261 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pernambuco, Recife/PE. 2018.

OJIMA, R. Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 24, p. 277-300, 2007.

OLIVEIRA, A. T. R. Dos movimentos populacionais à pendularidade: uma revisão do fenômeno migratório no Brasil. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2006.

OLIVEIRA, E. L.; GIVISIEZ, G. H. N. Trabalho e Migração Pendular nas Cidades Médias Brasileiras. Anais... **VIII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Población**, Ciudad de Puebla, 2017.

OLIVEIRA, F. A crise da Federação: da oligarquia à globalização. In: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. (org.). **A Federação em perspectiva**: ensaios selecionados. São Paulo: FUNDAP, 1995. p. 77-90.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993a.

OLIVEIRA, F. A questão regional: a hegemonia inacabada. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 43-63, ago. 1993b.

RODRIGUES, A. S.; ALVES, C. L. B.; PINHEIRO, V. F. Dinâmica recente de acumulação do capital e processo de metropolização: o caso da Região Metropolitana do Cariri-CE. In: **Para pensar o desenvolvimento da RM Cariri**. Blucher Open Access, 2017. p. 17-50.

RODRIGUES, A. V. **Cidades médias no contexto metropolitano**: institucionalização e planejamento territorial da Região Metropolitana de Sobral/CE. 2020. 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral/CE, 2020.

RODRIGUES, A. V.; TELES, G. A. Da institucionalização à construção do PDUI: As Diretrizes da Reestruturação Territorial da Região Metropolitana de Sobral (Ceará–Brasil). **Revista Equador**, v. 9, n. 2, p. 198-214, 2020.

RUFINO, M.B.C. Desenvolvimento industrial e organização espacial: algumas considerações sobre a Região Metropolitana de Fortaleza. **ENCONTRO DA ANPUR**, v. 8, 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SIDRIM, R. M. S. **Pendularidade e inserção ocupacional nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador**: evidências segundo a condição de migração. 2018. 117f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Centro de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2018.

SIDRIM, R. M. S.; FUSCO, W. Pendularidade e inserção ocupacional na região metropolitana de Fortaleza. In: **Anais ABEP**, p. 1-21, 2019.

SIDRIM, R. M. S.; QUEIROZ, S. N. Fluxos migratórios intrametropolitanos: o caso da região metropolitana de Fortaleza (1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 7, 2019.

SILVA, J. G. **Mobilidade intermunicipal nas Regiões Metropolitanas do Nordeste (Fortaleza, Recife e Salvador)**. 2016, 97f. Monografia (Graduação em Economia). Departamento de Economia, Universidade Regional do Cariri, Crato-CE, 2016.

SILVA, J. G. Movimentos Pendulares por Razões Laborais na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF): Quem Pratica? **Latin American Journal of Business Management**, v. 11, n. 2, 2020.

SILVA, J. G. **Características da mobilidade inter e intramunicipal por motivo de trabalho**: Evidências para o Brasil. 2019. 93f. Dissertação (Mestrado em Demografia) -Centro de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2019.

SILVA, J. G.; QUEIROZ, S. N.; OJIMA, R. Perfil da Mobilidade Laboral Inter e Intramunicipal no Brasil nos anos de 2000 e 2010. **Informe Gepec**, v. 25, n. 2, p. 125-144, 2021.

RUFINO, M.B.C. Desenvolvimento industrial e organização espacial: algumas considerações sobre a Região Metropolitana de Fortaleza. **ENCONTRO DA ANPUR**, v. 8, 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SIDRIM, R. M. S. **Pendularidade e inserção ocupacional nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador**: evidências segundo a condição de migração. 2018. 117f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Centro de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2018.

SIDRIM, R. M. S.; FUSCO, W. Pendularidade e inserção ocupacional na região metropolitana de Fortaleza. In: **Anais ABEP**, p. 1-21, 2019.

SIDRIM, R. M. S.; QUEIROZ, S. N. Fluxos migratórios intrametropolitanos: o caso da região metropolitana de Fortaleza (1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 7, 2019.

SILVA, J. G. **Mobilidade intermunicipal nas Regiões Metropolitanas do Nordeste (Fortaleza, Recife e Salvador)**. 2016, 97f. Monografia (Graduação em Economia). Departamento de Economia, Universidade Regional do Cariri, Crato-CE, 2016.

SILVA, J. G. Movimentos Pendulares por Razões Laborais na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF): Quem Pratica? **Latin American Journal of Business Management**, v. 11, n. 2, 2020.

SILVA, J. G. **Características da mobilidade inter e intramunicipal por motivo de trabalho**: Evidências para o Brasil. 2019. 93f. Dissertação (Mestrado em Demografia) -Centro de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2019.

SILVA, J. G.; QUEIROZ, S. N.; OJIMA, R. Perfil da Mobilidade Laboral Inter e Intramunicipal no Brasil nos anos de 2000 e 2010. **Informe Gepec**, v. 25, n. 2, p. 125-144, 2021.

